



DESENVIX ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 00.622.416/0001-41

NIRE nº 42.300.041.386

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 23 DE ABRIL DE 2015 EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09) E INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009 (CVM 480/09).

Florianópolis, 23 de abril de 2015

V.1

Índice

<u>1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas</u>	3
<u>2. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas</u>	4
<u>2.1. Em Assembleia Geral Ordinária</u>	4
<u>2.2. Em Assembleia Geral Extraordinária</u>	6
<u>Anexo I - Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, conforme item 10 do Formulário de Referência (instrução cvm 480/2009)</u>	8
<u>Anexo II - Informações incluídas no item 13 do Formulário de Referência, referente à remuneração dos administradores, conforme artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009 e instrução CVM nº 480/2009</u>	90
<u>Anexo III - Informações sobre a Assembleia Geral e Administração incluídas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência conforme instrução CVM nº 480/2009</u>	103

1. Relatórios disponibilizados aos Acionistas

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, aos acionistas da Companhia, os documentos listados a seguir.

A Desenvix está enquadrada no §4º do art.133 da Lei nº 6.404/76, estando à totalidade dos acionistas reunidos na Assembleia-geral, assim encontra-se "sanada a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos referidos neste artigo", entretanto, mantendo a obrigatoriedade da publicação da Proposta da Administração no sistema IPE, que deverá ocorrer antes da realização da reunião da Assembleia Geral Ordinária.

• Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9º da ICVM 481/09)

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social 2014 foram arquivados na CVM e BM&FBOVESPA no dia 20 de março de 2015 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do Dia no dia 10 de abril de 2015. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.desenvix.com.br

• Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)

As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I da presente Proposta.

• Relatório dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)

O Relatório dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

• Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver

O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

• **§ 1º do artigo 9º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)**

O formulário DFP foi entregue pela Companhia no dia 20 de março 2015, na mesma data de entrega do Relatório da Administração.

• **§ 1º do artigo 9º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09.**

A Desenvix apurou prejuízo no exercício de R\$ 19.956 mil.

Conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM RJ2010-14687), as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

• **§ 1º do artigo 9º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver.**

O Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças reunido no dia 18 de março de 2015 recomendou ao Conselho da Administração, das Demonstrações Contábeis da Companhia do ano de 2014.

2. Informações sobre as matérias a serem examinadas e discutidas

2.1. Em Assembleia Geral Ordinária

2.1.1. Apreciar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e examinar, discutir e deliberar acerca do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014;

O Relatório da Administração contém informações sobre a conjuntura macroeconômica e o desempenho financeiro e das operações da Desenvix.

As Demonstrações Financeiras foram arquivadas na CVM e BM&FBOVEPSA no dia 20 de março de 2015 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e Notícias do

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Dia em 10 de abril de 2015. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.desenvix.com.br

Tais análises demonstram a situação econômico-financeira da Desenvix e evoluções da situação patrimonial ocorridas no exercício social. Dessa forma, é possível avaliar também os índices de liquidez e de lucratividade e o grau de endividamento da Desenvix.

Proposta da Administração

A administração propõe que os acionistas examinem com cuidado todos os documentos disponibilizados pela administração e aprovem as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras.

2.1.2. Apreciar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Desenvix apurou prejuízo de R\$ 19.956 mil.

Proposta da Administração

Tendo em vista o prejuízo realizado no exercício 2014, o valor será transferido para a conta de lucros/prejuízos acumulados.

2.1.3. Proposta de eleição de membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração

2.1.3.1 Conselho Fiscal

Nosso acionista indireto Jackson Empreendimentos S.A., através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix reconduzirá o Sr. João Clarindo Pereira Filho como membro efetivo do Conselho Fiscal, bem como o Sr. João Clarindo Pereira Junior como membro suplente do Conselho Fiscal.

Nosso acionista Statkraft Investimentos Ltda reconduzirá a Sra. Andrea Kogitzki como membro efetivo do Conselho Fiscal, bem como a Sra. Camila Soares Mendes Brito como membro suplente do Conselho Fiscal.

Nosso acionista FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais reconduzirá Sr. Marcus Antônio Tofanelli para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, bem como o Sr. Saulo Macedo Freitas para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal.

As informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM Nº 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

2.1.3.2 Conselho de Administração

Conforme previsto no artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, existe unificação do mandato dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma não haverá alteração dos membros Conselho de Administração.

As informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme instrução CVM N° 480/2009, estão incluídas no anexo III dessa Proposta.

2.2. Em Assembleia Geral Extraordinária

2.2.1. Apreciar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia

De acordo com o artigo 11, parágrafo único, item X, do Estatuto Social da Desenvix, cabe à Assembleia Geral de Acionistas fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

As informações incluídas no item 13 do Formulário de Referência, referente à remuneração dos Administradores, conforme artigo 12 da instrução CVM nº 481/2009 e instrução CVM nº 480/2009, estão incluídas no anexo II dessa Proposta.

Proposta da Administração

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2015 até 30 de abril de 2016, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, é de R\$ 4.317.430,00. Estão consideradas no valor proposto as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

Nossa política de remuneração é assim expressa:

O Conselho Fiscal é composto de três membros titulares e três suplentes, e recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2015 a 30 de abril de 2016 a verba anual prevista é R\$ 115.563,00, incluída a contribuição patronal à previdência social.

O Conselho de Administração é composto por oito membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2015 a 30 de abril de 2016 a verba anual prevista é R\$ 316.950,00, incluída a contribuição patronal à previdência social.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores e 3 Diretores. Recebe treze remunerações anuais. Para o período de 01 de maio de 2015 a 30 de abril de 2016 a verba anual prevista é R\$ 3.884.917,00, incluída a contribuição patronal à previdência social.

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

A remuneração para o período entre as AGOs está demonstrado no item 13.16 do anexo II.

2.2.2. Adaptação do Estatuto Social da Companhia visando atender exigência da BOVESPA / CVM

De acordo com o artigo 11, parágrafo único, item I, do Estatuto Social da Desenvix, cabe à Assembleia Geral de Acionistas alterar o Estatuto Social da Companhia.

Proposta da Administração

Aprovar Adaptação do Estatuto Social da Companhia visando atender exigência da BOVESPA / CVM, com o objetivo da adaptação ao novo regulamento do Bovespa Mais.

2.2.3. Apreciar Política de Negociação de Valores Mobiliários

Visando adequação da Companhia ao Novo regulamento do Bovespa Mais, os acionistas deverão deliberar sobre a Política de Negociação de Valores Mobiliários.

Proposta da Administração

Aprovar Política de Negociação de Valores Mobiliários, a qual deverá ser arquivada na sede da Companhia, sistema eletrônico da BOVESPA / CVM e web site de relações com Investidores da Companhia

- ANEXO I -**COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, CONFORME ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (INSTRUÇÃO CVM 480/2009)****10.1 Os diretores devem comentar sobre:****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

No ano de 2014 a Administração em consonância com seus Acionistas, deu início à implementação do Programa de Melhoria dos Fundamentos da Companhia, tendo como objetivos a melhoria na gestão operacional, otimização de custos, maior disciplina nos investimentos, melhoria da estrutura de capital, no perfil de endividamento e de liquidez de caixa.

Como reflexo das melhorias operacionais já implementadas, destacamos o aumento na produção de energia elétrica, com incremento de 9,6% na comparação com 2013. O índice de Disponibilidade Média Geral no Sistema Integrado Nacional das nossas usinas atingiu 95,5% ao longo de 2014, representando aumento de 4,4 p.p., na comparação com 2013.

Pelo segundo ano consecutivo destacaram-se as Usinas do Complexo Eólico da Bahia, despontando entre os melhores desempenhos de geração de energia de fonte eólica, no acumulado do ano, conforme o Boletim Mensal de Geração Eólica de dezembro/2014 publicado pelo ONS - Operador Nacional do Sistema. No período, nossa usina Eólica de Novo Horizonte obteve o melhor desempenho do setor e a nossa usina Eólica Seabra obteve o terceiro melhor desempenho. O excelente desempenho operacional possibilitou reconhecimento de receita adicional da ordem de R\$ 18,2 milhões.

Também como resultado do Programa de Melhoria dos Fundamentos da Companhia em 2014, ocorreu a redução de 35% com gastos gerais e administrativos, equivalente a R\$ 13,1 milhões, principalmente na Desenvix Controladora que foi responsável por R\$ 7 milhões.

Em relação à melhoria na estrutura de capital da Companhia, houve aumento de capital dos Acionistas no valor de R\$ 60 milhões, dos quais R\$ 30 milhões foram realizados em 05 de fevereiro de 2014 e os demais R\$ 30 milhões foram realizados em 05 de dezembro de 2014.

A melhora no perfil da dívida da Desenvix Controladora também foi objeto do Programa, destacando-se pela 2ª emissão de Debêntures no valor R\$ 45 milhões em junho de 2014. Os recursos foram utilizados para liquidação de dívidas de curto prazo, permitindo assim o alongamento da dívida e redução das despesas financeiras.

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

A manutenção deste Programa de Melhoria dos Fundamentos da Companhia é prioridade para a Administração no curto e médio prazo, visando a continuidade de entrega de resultados positivos, atendendo assim às expectativas dos nossos Acionistas, colaboradores e parceiros.

Por outro lado, em 2014 ocorreram alguns eventos exógenos que afetaram significativamente o setor de energia elétrica e seus participantes, que devido a grave crise hidrológica brasileira, tiveram que arcar com os ajustes negativos provenientes do modelo GSF - *Generation Scalling Factor*. No caso da Desenvix, reconhecemos cerca de R\$ 40 milhões de ajuste negativo de GSF, afetando diretamente nossa receita líquida e resultados. Caso não fossemos afetados pelo GSF, teríamos apresentado uma melhoria em todos os nossos indicadores e resultados na comparação com 2013, conforme demonstrado no quadro pró-forma da página 2.

A Administração continua monitorando com atenção o cenário hidrológico, juntamente com nossos Acionistas, com os eventuais efeitos que o GSF poderia causar aos nossos resultados, caso não ocorra uma reversão do cenário hidrológico brasileiro ou ações governamentais que possam mitigar esse cenário.

Em junho de 2014, teve início a operação comercial da subsidiária não controlada MGE Transmissão S.A. (25,5%), que junto com a subsidiária Goiás Transmissão S.A (25,5%) que entrou em operação em dezembro de 2013, completam os ativos de transmissão da Desenvix.

Ao longo de 2014, nossa subsidiária Enex apresentou excelente crescimento, aumentando sua base de clientes e se transformando na maior empresa do Brasil de prestação de serviços de Operação e Manutenção para geração de energia e sistemas elétricos, operando 47 contratos entre ativos próprios e de terceiros, que representam 109 complexos de geração de energia elétrica, entre usinas, subestações e linhas de transmissão.

Também em 2014 a Diretoria estruturou melhor a Área de Recursos Humanos da Companhia, implantando diversas ações de gestão corporativa de RH, visando proporcionar um ambiente de desenvolvimento de carreira e incremento de performance para seus colaboradores e líderes.

Para finalizar a nossa mensagem, vale destacar como evento subsequente, que em 13 de fevereiro de 2015, informamos ao mercado através de Fato Relevante, a conclusão do acordo firmado entre os nossos acionistas, em que a Jackson concordou em vender para a Statkraft a totalidade de sua participação acionária na Desenvix (detida através do FIP CEVIX). Na conclusão deste acordo a Statkraft passará a ser a acionista majoritária da Desenvix com 81,3% do total das ações e a FUNCEF permanecerá com 18,7% do capital da Companhia.

A conclusão do acordo ainda está condicionada às aprovações necessárias por parte do terceiro acionista, a FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais, com 18,7% do capital da Desenvix, bem como por instituições financiadoras e pelos órgãos competentes, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Statkraft e Jackson esperam concluir os acordos

definitivos relacionados à transação nas próximas semanas e concluir a operação até o final do primeiro semestre de 2015.

Esta transação certamente fortalecerá a Companhia na execução de uma estratégia de crescimento sólido, aproveitando as oportunidades de projetos a serem desenvolvidos e existentes, visando assim consolidar sua posição de destaque no setor elétrico do Brasil.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Possuímos apenas Ações ordinárias com direito a voto e não pretendemos, no curto prazo, realizar nenhuma operação de resgate.

Nossa diretoria entende que nossa evolução da estrutura de capital apresenta níveis característicos à uma Companhia em plena expansão de sua capacidade instalada, com níveis elevados de investimentos e ativos de alto valor agregado, especialmente quando analisada sob a ótica da relação dívida líquida/patrimônio. Nossa relação entre dívida líquida e patrimônio líquido era de 1,15 em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013, esta mesma relação era de 1,31. A diretoria entende que a alavancagem da Desenvix Controladora aumenta a relação dívida líquida/patrimônio além de gerarem despesas financeiras sem benefícios tributários e consumirem a geração operacional de caixa consolidada da Desenvix.

Nosso patrimônio líquido passou de R\$643.506 mil em 31 de dezembro de 2013 para R\$682.012 mil em 31 de dezembro de 2014. Esta variação se deu por força do (i) aumento de capital, no valor de R\$60.000 mil, compensado parcialmente pelo (ii) prejuízo apurado do exercício social de 2014, cujo valor em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 18.956 mil excluindo participação de não controladores, (iii) além da redução de R\$1.966 mil no valor do ajuste de avaliação patrimonial, referente ao valor justo de investimentos em entidades não controladas.

Nosso endividamento líquido era de R\$842.332 mil em 31 de dezembro de 2013, comparado a um endividamento líquido de R\$783.688 mil em 31 de dezembro de 2014.

O aumento no endividamento líquido ocorreu em função do comportamento dos componentes a seguir:

Endividamento bancário: entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou redução de -7,0% ou R\$ 64,6 milhões. As movimentações que contribuíram para redução foram: (i) amortização de R\$ 123,6 milhões de principal, sendo R\$ 56,7 milhões de empréstimos de capital de giro da Controladora, R\$ 32,1 milhões com BNDES, R\$20,0 milhões com debêntures da Controladora, R\$ 8,4 milhões com CDB e R\$ 6,4 milhões com o BNB e (ii) pagamento de R\$ 76,0 milhões de juros, sendo R\$ 26,8 milhões com BNDES, R\$ 18,2 milhões com BNB, R\$ 17,3 milhões com Debêntures, R\$ 7,2 milhões com capital de giro da Controladora e R\$ 6,1 milhões com CDB.

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) captação de R\$ 45 milhões através da 2ª emissão de debêntures simples da Controladora, a (ii) apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 76,1 milhões, sendo R\$ 26,7 milhões com BNDES, R\$ 18,2 milhões com BNB, R\$ 5,9 milhões com CDB, R\$ 17,5 milhões com Debêntures e R\$ 7,7 milhões com os demais financiamentos da Desenvix Controladora e a (iii) variação cambial líquida de R\$ 14,1 milhões do empréstimo com o CDB.

Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve redução do saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 6,0 milhões, principalmente em função da combinação dos seguintes fatores: (i) investimentos através de aporte de capital no valor de R\$ 18,7 milhões realizado nas subsidiárias MGE e Goiás Transmissão S.A., (ii) pagamento à fornecedor referente ao encerramento do contrato de implantação do Complexo Eólico da Bahia, no valor de R\$ 24,3 milhões, (iii) pagamento de impostos no montante de R\$ 10,9 milhões, (iv) investimentos em ativo imobilizado nas subsidiárias no montante de R\$ 4,0 milhões, e (v) R\$ 199,7 como resultado líquido do fluxo de financiamentos.

Por outro lado, contribuiu para mitigar a redução do saldo de caixa (i) o aporte de capital, no valor de R\$ 60,0 milhões, realizado pelos Acionistas da Desenvix nos meses de fevereiro e dezembro, (ii) a venda da participação de 6,25% da Companhia no FIP Energias Renováveis, pelo valor de R\$ 4,0 milhões, (iii) o recebimento de R\$ 15,8 milhões de recebíveis de acionista no mês de dezembro e (iv) o resultado positivo líquido das entradas e saídas operacionais no valor de R\$ 171,8 milhões.

O saldo de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014 era composto principalmente (i) pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo das subsidiárias e Desenvix Controladora, no valor de R\$ 23,7 milhões e (ii) pelo saldo de R\$ 51,2 milhões com aplicações financeiras restritas, constituídas por força dos contratos de financiamento de longo prazo, das subsidiárias, além das debêntures, na Desenvix Controladora.

Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	Diferença nominal	Variação % Dez/13 x Dez/14
Endividamento	923.254	858.602	-64.652	-7,0
- Financiamento de obras - BNDES	374.334	342.140	-32.194	-8,6
- Financiamento de obras – BNB	265.840	259.414	-6.426	-2,4
- Financiamento de obras – CDB	108.630	114.105	5.475	5,0
- Debêntures	99.800	124.675	24.875	24,9
- Financiamento de capital de giro	74.462	18.166	-56.296	-75,6
- Outros	188	102	-86	-45,7
Caixa e aplicações financeiras	(80.922)	(74.914)	6.008	-7,4
Dívida líquida	842.332	783.688	-58.644	-7,0



c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o nosso atual perfil de endividamento, nossa posição de liquidez, e o Plano Financeiro em andamento, nossa Diretoria acredita termos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não tenhamos garantias que tal situação permanecerá igual nos próximos exercícios sociais. Apresentamos abaixo algumas considerações sobre nossa capacidade de pagamento dos principais compromissos financeiros assumidos:

- **Contratos de Financiamento BNDES:** As garantias exigidas pelo BNDES para a contratação de dívida foram: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita) e (vi) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.
- **Contratos de Financiamento BNB:** As garantias exigidas pelo BNB para a contratação de dívida foram: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia que garantem a liquidez necessária para as amortizações contratuais, cuja baixo ocorreu ao longo de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, existiam três contratos diretos com o BNB. Esses contratos de financiamento com o BNB são vinculados ao financiamento de longo prazo, voltados para a implantação dos empreendimentos de Macaúbas, Seabra e Novo Horizonte, empreendimentos que compõem o Complexo Eólico da Bahia.
- **Financiamento de obras – China Development Bank (CDB):** A Energen celebrou contrato de financiamento no valor de US\$ 50.000 mil (R\$102.049 mil) junto ao CDB,

destinado à implantação da Central Geradora Eólica denominada EOL Barra dos Coqueiros. Os débitos do financiamento serão pagos em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ - 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano. Juntamente com este contrato de financiamento foram também celebrados contratos de garantias envolvendo: (i) alienação fiduciária de ações da Energen detidas pela Desenvix e pela Água Quente; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) alienação fiduciária de ativos e equipamentos; e (iv) cessão condicional de contratos em garantia.

- **Debêntures 1ª emissão:** A Companhia emitiu 100 mil debêntures com valor nominal de R\$ 1 mil cada em 12 de dezembro de 2012. As debêntures são remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 3,75% de juros ao ano (conforme AGD realizada no dia 30 de abril de 2014). Os encargos financeiros serão pagos semestralmente em 8 parcelas, vencendo a primeira em 12 de junho de 2013 e a última no dia do vencimento das debêntures. O principal será amortizado semestralmente em 5 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira em 12 de dezembro de 2014 e a última no dia do vencimento das debêntures. O vencimento das debêntures será em 12 de dezembro de 2016. Os pagamentos de juros e principal são garantidos por meio do fluxo de dividendos dos Empreendimentos em Operação.
- **Debêntures 2ª emissão:** A Companhia emitiu 45 debêntures com valor nominal de R\$ 1.000 mil cada em 26 de maio de 2014. As debêntures são remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 2,85% de juros ao ano. O pagamento da Remuneração será realizado semestralmente, a contar da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2014 e o último na Data de Vencimento. Serão realizadas 4 (quatro) amortizações anuais e consecutivas do Valor Nominal Unitário, a partir do 24º (vigésimo quatro) mês, inclusive, contado da Data de Emissão. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, das Debêntures: (a) JACKSON EMPREENDIMENTOS S.A., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.357.415/0001-42, e SN POWER BRASIL INVESTIMENTOS LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF o n.º 16.660.530/0001-04, prestarão garantia fidejussória, em favor dos debenturistas, obrigando-se como devedoras não solidárias e principais pagadoras de todos os valores devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, na proporção de 50% (cinquenta por cento) cada, até a final liquidação das Debêntures; e (b) serão cedidos fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da distribuição de dividendos de determinadas sociedades em que a Companhia detém participação acionária e os direitos creditórios da Companhia decorrentes da titularidade de determinada conta vinculada, não movimentável pela Companhia, mantida junto a determinada instituição financeira, sendo que a cessão fiduciária em garantia dos direitos creditórios decorrentes da distribuição de dividendos será realizada sob condição suspensiva.

- **Demais Financiamentos - Desenvix Controladora:** Os demais financiamentos contratados são garantidos por meio de garantias e avais, sendo que algumas dessas garantias são prestadas por partes relacionadas.

Vale ressaltar, ainda, que possuímos um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça nossa solidez para honrarmos nossos compromissos financeiros.

d) Fontes e financiamento para capital de giro e para investimentos não-circulantes utilizados

Pretendemos manter a estratégia de captação de recursos de longo prazo para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos nossos projetos. Mais especificamente, pretendemos continuar captando tais recursos (i) por intermédio de nossas SPEs titulares de concessões ou autorizações, e (ii) de instituições financeiras de fomento, na modalidade de *project finance*.

Além do financiamento descrito na Desenvix Controladora, não possuímos necessidades relevantes de capital de giro. Caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa. De toda forma, acreditamos que estamos atualmente em condições de contratar tais financiamentos para custear nossas necessidades de caixa.

Em 31 de dezembro de 2014, a Controladora possuía um financiamento para giro, no valor total de R\$18.166 mil.

Em 31 de dezembro de 2013, a Controladora possuía quatro financiamentos para giro, no valor total de R\$74.462 mil, dos quais três eram Cédulas de Crédito Bancário e um Capital de Giro.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Somos uma empresa em franca expansão e que investimos em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de (i) aportes de capital de nossos controladores, (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias, (iii) recebimento de dividendos de nossas subsidiárias em operação e (iv) venda de ativos.

Nosso bloco de controle é formado pela Statkraft Investimentos Ltda. (44,47%), Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix (36,84%) e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais (18,7%).

Acreditamos que a medida que nossa capacidade instalada cresça, os dividendos que recebemos das nossas subsidiárias também aumentem. De forma geral, o fluxo de dividendos de nossas subsidiárias é crescente, uma vez que parte substancial de suas despesas está atrelada ao pagamento de encargos bancários atrelados ao financiamento de longo prazo, cujo valor é decrescente ao longo do tempo.

A venda de ativos em operação, implantação ou ainda de projetos em desenvolvimento, também é outra forma de financiarmos nossos investimentos. A substituição de fluxo de caixa por outro de maior atratividade pode ser considerada como uma justificativa pela venda de um ativo seja em qual estágio de vida estiver.

Para necessidades de caixa de curto prazo, nossos controladores também poderão realizar empréstimos de mútuos que também poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

Nossos projetos em desenvolvimento e em implantação exigem grandes quantidades de investimentos, razão pela qual enfrentamos continuamente a necessidade de recursos adicionais. Por essa razão, a nossa relação entre capital e dívida poderá variar significativamente no futuro.

A tabela apresentada no item 10.1 “b” demonstra o nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2014 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

- **Financiamentos para construção das usinas – BNDES**



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros % a.a.	Consolidado	
			2014	2013
Monel Monjolinho Energética S.A.	Outubro de 2026	TJLP + 2,1	144.442	157.088
Santa Rosa S.A.	Fevereiro de 2023	TJLP + 3,8	59.648	67.012
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	Junho de 2025	TJLP + 2,5	50.639	50.629
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	44.562	47.813
Esmeralda S.A.	Abril de 2029	TJLP + 3,5	21.770	26.886
Santa Laura S.A.	Julho de 2020	TJLP + 3,5	21.079	24.906
			<u>342.140</u>	<u>374.334</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	158	Junho	2012	2025
Moinho S.A.	192	Agosto	2012	2028
Passos Maia Energética S.A.	160	Outubro	2012	2026
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020

Os contratos de financiamentos estabelecem que as empresas deverão manter e atender os seguintes índices financeiros: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), sendo o mesmo calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos; e (ii) Índice da Relação Mínima do Patrimônio Líquido e Ativo Total (PLxAT).

Em 2014, devido ao efeito exógeno do GSF (Generation Scalling Factor), ocorrido pela crise hidrológica brasileira, as condições restritivas referente índice de cobertura sobre o serviço da dívida (ICSD) dos contratos de financiamentos (covenants) com o BNDES não foram atendidas pelas SPE's Santa Rosa S.A., Moinho S.A., Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A. Obtivemos o waiver do BNDES em todos os casos de quebra.

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro.

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita; e (vi) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (covenants) vêm sendo atendidas.

• **Financiamentos para construção das usinas - BNB**

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
			2014	2013
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	95.169	97.826
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	82.547	84.133
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	81.698	83.881
			<u>259.414</u>	<u>265.840</u>



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última parcela
Macaúbas Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Novo Horizonte Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Seabra Energética S.A.	180	Julho	2013	2028

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade Completion Bond, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia, as quais foram dado baixa ao longo de 2014.

Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

- **Financiamento de obras – China Development Bank (CDB)**

A Energen celebrou contrato de financiamento no valor de US\$ 50.000 mil (R\$102.049) junto ao CDB, destinado à implantação da Central Geradora Eólica denominada EOL Barra dos Coqueiros. Os débitos do financiamento serão pagos em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ - 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano, com vencimento em 15 de junho de 2027.

Juntamente com este contrato de financiamento serão também celebrados contratos de garantias envolvendo: (i) alienação fiduciária de ações da Energen detidas pela Desenvix e pela Água Quente; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) alienação fiduciária de ativos e equipamentos; e (iv) cessão condicional de contratos em garantia.

- **Debêntures 1ª Emissão**

A Companhia emitiu 100 mil debêntures com valor nominal de R\$ 1 mil cada em 12 de dezembro de 2012. As debêntures são remuneradas pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 3,75% de juros ao ano (conforme AGD realizada no dia 30 de abril de 2014). Os encargos financeiros serão pagos semestralmente em 8 parcelas, sendo a primeira paga em 12 de junho de 2013 e a última será no vencimento das debêntures. O principal será amortizado semestralmente em 5 parcelas semestrais consecutivas, vencendo a primeira em 12 de dezembro de 2014 e a última no dia do vencimento das debêntures. O vencimento das debêntures será em 12 de dezembro de 2016.

Em 30 de abril de 2014 os debenturistas reunidos em Assembleia deliberaram a favor do segundo aditamento à escritura pública da referida emissão, concedendo renúncia de cláusulas restritivas (“covenants”), além da alteração da remuneração que a partir de 01 de maio de 2014 passou a ser pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 3,75% (2,80% até 30 de abril de 2014) de juros ao ano.

O contrato de debêntures vigente prevê o vencimento antecipado da obrigação total se uma série de exigências não forem atendidas, incluindo o não atingimento de alguns índices financeiros por três trimestres alternados. De acordo com o segundo aditamento à escritura, o início da leitura e atendimento a esses índices deve ocorrer a partir de 1º de abril de 2014. Os índices requeridos e o resultado obtido em 31 de dezembro de 2014 podem ser resumidos de acordo com a tabela a seguir.

Apurados os indicadores, em 31 de dezembro de 2014, observou-se os seguintes índices: (i) Índice de Dívida Total / Receita com Dividendos, 3,64x, (ii) Índice de Dívida Total / Patrimônio Líquido, 1,25x e (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, 1,37x.

Cabe ressaltar que os Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas, realizada no dia 30 de abril de 2014, deliberaram por conceder renúncia (“waiver”) à Companhia, em caso de eventual descumprimento do limite que trata a Cláusula V, item 5.1 (v) da Escritura, para as medições apuradas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2014.

- **Debêntures 2ª Emissão**

A Companhia emitiu 45 debêntures com valor nominal de R\$ 1.000 cada em 09 de junho de 2014, conforme instrução normativa da CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009. A remuneração será pela variação acumulada de 100% das taxas diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) acrescidas de um spread de 2,85% de juros ao ano. Os encargos financeiros estão sendo pagos semestralmente, sendo a primeira paga em 26 de novembro de 2014 e a última será no vencimento das debêntures. O principal será amortizado em 4 parcelas anuais e consecutivas, vencendo a primeira em 16 de maio de 2016 e a última no dia do vencimento das debêntures. O vencimento das debêntures será em 26 de maio de 2019. As três primeiras amortizações de principal representarão individualmente 22,23% do valor nominal unitário e a quarta e última representará individualmente 33,31% do valor nominal unitário.

Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, das Debêntures: (a) os Controladores Jackson Empreendimentos S.A. e SN Power Brasil Investimentos Ltda, (sucetida pela Statkraft Investimentos Ltda.) prestarão garantia fidejussória, em favor dos debenturistas, obrigando-se como devedoras não solidárias e principais pagadoras de todos os valores devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, na proporção de 50% (cinquenta por cento) cada, até a final liquidação das Debêntures; e (b) serão cedidos fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da distribuição de dividendos de determinadas sociedades em que a Companhia detém participação acionária e os direitos creditórios da Companhia decorrentes da titularidade de determinada conta vinculada, não movimentável pela Companhia, mantida junto a determinada instituição financeira, sendo que a cessão fiduciária em garantia dos direitos creditórios decorrentes da distribuição de dividendos será realizada sob condição suspensiva.

- **Financiamentos de capital de giro**

A Companhia possui contrato de capital de giro com o Banco do Brasil com as seguintes características: (i) contrato no valor de R\$ 20.000 firmado em 14 de novembro de 2013, com pagamento dos encargos financeiros em 24 parcelas mensais, sendo o principal amortizado em 12 parcelas, vencendo a primeira no dia 13 dezembro de 2014 e a última em 13 de novembro de 2015. Em garantia para a operação foi oferecido o aval da Engevix Engenharia S.A. no montante total da dívida.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2014 não dispúnhamos de limites de utilização de financiamentos.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a nossa estrutura patrimonial e nosso resultado operacional baseia-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações Financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 Reapresentado.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

Cabe ressaltar que com relação ao IFRS 10 e IFRS 11, nossa subsidiária Passos Maia Energética S.A. consolidada pelo método proporcional em 2012, passou a ser consolidada, a partir de 1º de janeiro de 2013, por equivalência patrimonial. Como consequência, durante as Informações Trimestrais de 2013, bem como na Demonstração Financeira Padronizada anual apresentamos as informações consolidadas relativas ao exercício de 2012 reclassificadas, resultando em menores receitas e despesas, porém sem afetar o resultado consolidado final da Companhia.

O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Dessa forma, as variações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 serão apresentadas comparadas com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado.



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

• **ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

Ativo	dez/14	AV	dez/13	AV	AH
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	23.744	1,37%	28.803	1,65%	-17,56%
Contas a receber	30.452	1,76%	24.177	1,38%	25,95%
Dividendos a receber	10.934	0,63%	10.654	0,61%	2,63%
Impostos a recuperar	9.780	0,56%	6.459	0,37%	51,42%
Estoques	1.233	0,07%	1.052	0,06%	17,21%
Despesas Antecipadas	4.015	0,23%	7.332	0,42%	-45,24%
Outros ativos	2.684	0,15%	2.100	0,12%	27,81%
Investimento mantidos para venda	0	0,00%	3.060	0,17%	-100,00%
	82.842	4,78%	83.637	4,78%	-0,95%
Não circulante					
Aplicação financeira restrita	51.170	2,95%	52.119	2,98%	-1,82%
Partes relacionadas	14.061	0,81%	26.824	1,53%	-47,58%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.713	1,77%	23.768	1,36%	29,22%
Investimentos ao valor justo	63.698	3,68%	66.677	3,81%	-4,47%
Tributos a recuperar	269	0,02%	263	0,02%	2,28%
Contas a Receber	23.314	1,35%	8.015	0,46%	190,88%
Outros ativos	1.355	0,08%	427	0,02%	217,33%
	184.580	10,66%	178.093	10,18%	3,64%
Investimentos	180.990	10,45%	150.556	8,61%	20,21%
Imobilizado	1.142.404	65,95%	1.194.631	68,30%	-4,37%
Intangível	116.210	6,71%	117.047	6,69%	-0,72%
Propriedades para investimentos	25.237	1,46%	25.208	1,44%	0,12%
	1.464.841	84,56%	1.487.442	85,04%	-1,52%
Total do ativo	1.732.263	100,00%	1.749.172	100,00%	-0,97%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” atingiu R\$ 23,7 milhões, apresentando redução de 17,6% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$ 28,8 milhões. A variação observada é explicada principalmente (i) investimentos através de aporte de capital no valor de R\$ 18,7 milhões realizado nas subsidiárias MGE e Goiás Transmissão S.A., (ii) pagamento à fornecedor referente ao encerramento do contrato de implantação do Complexo Eólico da Bahia, no valor de R\$ 24,3 milhões, (iii) pagamento de impostos no montante de R\$ 10,9 milhões, (iv) investimentos em ativo imobilizado nas subsidiárias no montante de R\$ 4,0 milhões, e (v) R\$ 199,7 como resultado líquido do fluxo de financiamentos.

Por outro lado, contribuiu para mitigar a redução do saldo de caixa (i) o aporte de capital, no valor de R\$ 60,0 milhões, realizado pelos Acionistas da Desenvix nos meses de fevereiro e dezembro, (ii) a venda da participação de 6,25% da Companhia no FIP Energias Renováveis, pelo valor de R\$ 4,0 milhões, (iii) o recebimento de R\$ 15,8 milhões de recebíveis de acionista no mês de dezembro e (iv) o resultado positivo líquido das entradas e saídas operacionais no valor de R\$ 171,8 milhões.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$30,5 milhões, apresentando aumento de 26% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$24,2 milhões. A variação observada é explicada principalmente pelo (i) aumento do saldo a receber pela geração de energia excedente ao contrato de venda de energia elétrica das Usinas do Complexo Eólico da Bahia, no valor de R\$3,2 milhões e (ii) pela subsidiária ENEX tendo em vista o aumento do número de contrato de prestação de serviços de O&M, no valor de R\$1,8 milhão.

Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Dividendos a receber” atingiu R\$10,9 milhões, apresentando um aumento de 2,6% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$10,7 milhão. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento de dividendos a receber da subsidiária Passos Maia Energética S.A. referente ao exercício social de 2014, no valor de R\$ 280 mil.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Impostos a recuperar” atingiu R\$9,8 milhões, apresentando um aumento de 51,4% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$6,5 milhões. Esta variação decorre do aumento da recuperação de PIS e COFINS, principalmente na subsidiária ENERGEN, devido a uma reclassificação de IR sobre remessa ao exterior referente ao pagamento das parcelas do financiamento junto ao CDB (China Development Bank).

Despesas Antecipadas

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Despesas Antecipadas” atingiu R\$4,0 milhões, redução de 45,2% em comparação a 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$7,3 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) pela redução de R\$1,6 milhão do saldo das despesas com IPO da Desenvix Controladora e (ii) retirada da necessidade de apresentação de Carta Fiança nas Usinas do Complexo Eólico da Bahia, no valor total de R\$ 1,8milhão.

Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Outros ativos” atingiu R\$2,7 milhões, aumento de 27,8% em comparação a 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$2,1 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) pelo aumento de R\$863 mil fruto do pagamento a maior dos juros das Debentures da 1ª emissão e despesas conta e ordem clientes da Desenvix Controladora e (ii) provisão pela subsidiária Esmeralda dos seguros de Risco Civil e Operacional. Por outro lado, mitigou para a redução do saldo de “Outros Ativos” o recebimento, pelas Usinas do Complexo Eólico da Bahia, das NFs do fornecedor Alston no valor total de R\$1,2 milhão.

Investimentos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Investimentos mantidos para venda” foi nulo, enquanto que em de 31 de dezembro de 2013, atingiu R\$3,1 milhões. Esta variação decorre da baixa do projeto FIP Energias Renováveis S.A., devido a sua venda.

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$82,8 milhões, apresentando uma redução de 0,9% em comparação a 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$83,6 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era de R\$51,2 milhões, apresentando uma redução de 1,8% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$52,1 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) da redução do saldo da aplicação financeira, no valor de R\$2,0 milhões, em nome da Desenvix Controladora, decorrente da redução do principal do contrato de emissão das Debêntures. Sendo compensado pelo aumento do saldo da aplicação financeira, no valor de R\$1,6 milhões, em nome das usinas do Complexo Eólico da Bahia, decorrente de obrigação derivada de contrato celebrado com o BNB, bem como pelo aumento do saldo de “Aplicação financeira restrita” da Monel, no valor de R\$628mil, fruto dos rendimentos sobre aplicação.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$14,1 milhões, apresentando uma redução de 47,6% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando o saldo foi de R\$26,8 milhões. Esta variação decorreu, principalmente pela redução dos recebíveis com o acionista Jackson.

Imposto de renda diferido

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Imposto de renda diferido” foi de R\$30,7 milhões, apresentando um aumento de 29,2% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando o saldo foi de R\$23,8 milhões. Esta variação decorreu principalmente do aumento do Imposto de renda diferido da subsidiária Energen, devido a variação cambial passiva e prejuízo fiscal no período o que contribuiu para o aumento em R\$9,8 milhões do saldo do “Imposto de renda diferido”.

Investimentos ao valor justo

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Investimentos em entidades não controladas ao valor justo” atingiu R\$63,7 milhões, apresentando uma redução de 4,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$66,7 milhões. Esta variação decorre principalmente da avaliação ao valor justo das Usinas Dona Francisca Energética S/A e CERAN.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$23,3 milhões, apresentando um aumento de 190,9% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando o saldo foi de R\$8,0 milhões. O valor representa a constituição de provisão de recebíveis das subsidiárias Seabra (R\$6,6 milhões), Novo Horizonte (R\$4,2 milhões) e Macaúbas (R\$4,5 milhões) referente ao superávit de geração de energia na comparação com o seu Contrato de Venda de Energia.

Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Outros ativos” atingiu R\$1,4 milhões, apresentando um aumento de 217,3% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando o saldo foi de R\$427 mil. A variação observada é fruto principalmente da constituição de provisão de recebíveis das subsidiárias Novo Horizonte (R\$ 509mil) e Seabra (R\$540mil) fruto de acordo entre as Subsidiárias e Engevix, onde a última reconhece os valores informados como devidos em razão da autuação sofrida pelas Usinas, emitida pela Prefeitura de Brotas de Macaúbas, em razão do não recolhimento do ISS nas NFs emitidas pela Contratada.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Investimentos” atingiu R\$181 milhões, apresentando um aumento de 20,2% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$150,6 milhões. Esta variação decorre principalmente dos investimentos realizados necessários para a implantação dos empreendimentos de transmissão de energia Goiás e MGE Transmissão S.A.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$1.142,4 milhões, apresentando uma redução de 4,4% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$1.194,6 milhões. Esta variação decorre principalmente da depreciação do ativo imobilizado dos Empreendimentos em Operação, no valor de R\$52,7 milhões.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Intangível” atingiu R\$116,2 milhões, apresentando redução de 0,7% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$117,0 milhões. A variação observada é fruto principalmente da constituição de provisão para gastos ambientais necessários para manutenção da Licença de Operação, principalmente nas subsidiárias Macaúbas, Novo Horizonte e Santa Rosa, por força do início de nova vigência das Licenças.

Ativo Não Circulante Total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Ativo Não Circulante” atingiu R\$1.464,8milhões, apresentando uma redução de 1,5% em comparação a 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$1.487,4 milhões.

Total do Ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Total do Ativo” atingiu R\$1.732,3 milhões, apresentando uma redução de 0,97% em comparação a 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$1.749,2 milhões.



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Passivo e patrimônio líquido	dez/14	AV	dez/13	AV	AH
Circulante					
Fornecedores	35.771	2,06%	33.260	1,90%	7,55%
Financiamentos	109.646	6,33%	122.751	7,02%	-10,68%
Partes relacionadas	5.091	0,29%	7.363	0,42%	-30,86%
Concessões a pagar	6.791	0,39%	6.500	0,37%	4,48%
Salários e encargos sociais	6.251	0,36%	4.135	0,24%	51,17%
Impostos e contribuições	15.343	0,89%	14.822	0,85%	3,52%
Imposto de renda e contribuição social	2.814	0,16%	6.816	0,39%	-58,71%
Provisão para contrato de energia	11.788	0,68%	7.425	0,42%	58,76%
Dividendos propostos	47	0,00%	47	0,00%	0,00%
Outros passivos	16.229	0,94%	17.814	1,02%	-8,90%
	209.771	12,11%	220.933	12,63%	-5,05%
Não circulante					
Financiamentos	748.956	43,24%	800.503	45,76%	-6,44%
Imposto de renda diferido	7.783	0,45%	5.561	0,32%	39,96%
Concessões a pagar	57.702	3,33%	56.538	3,23%	2,06%
Provisão para perda em investimento		0,00%		0,00%	0,00%
Imposto de renda e contribuição social	718	0,04%		0,00%	100,00%
Impostos e contribuições	851	0,05%	741	0,04%	14,84%
Outros Passivos	24.470	1,41%	21.390	1,22%	14,40%
	840.480	48,52%	884.733	50,58%	-5,00%
Total do passivo	1.050.251	60,63%	1.105.666	63,21%	-5,01%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social	725.312	41,87%	665.312	38,04%	9,02%
Ajuste de avaliação patrimonial	30.997	1,79%	32.963	1,88%	-5,96%
Lucros (prejuízos) acumulados	-74.211	-4,28%	-55.255	-3,16%	34,31%
	682.098	39,38%	643.020	36,76%	6,08%
Participação dos não controladores	-86	0,00%	486	0,03%	-117,70%
Total do patrimônio líquido	682.012	39,37%	643.506	36,79%	5,98%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.732.263	100,00%	1.749.172	100,00%	-0,97%

CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Fornecedores” foi de R\$ 35,8 milhões, apresentando um aumento de 7,55% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando o saldo foi de R\$33,3 milhões. Esta variação decorreu do aumento do saldo a pagar a Fornecedores, principalmente (i) constituição de provisão para pagamento do GSF ocorrido em 2014 no valor de R\$27,1 milhões, e por outro lado redução (ii) das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia em atendimento ao acordo contratual firmado entre Desenvix/Engevix e Alstom que resultou no pagamento de R\$20 milhões ao fornecedor Alstom, (iii) das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia pelo pagamento de ISS sobre NFs no valor de R\$2,7 milhões; (iv) das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia pela Baixa de provisão de CUST pré operacional no valor de R\$2,1 milhões e (v) outras variações na ordem de R\$ 329 mil.

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$109,6 milhões, apresentando uma redução de 10,7% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$122,7 milhões. Tal variação decorre principalmente (i) o pagamento de R\$76 milhões de juros e (ii) o pagamento de R\$123,6 milhões de principal. Por outro lado, a redução foi parcialmente compensada pela (iii) transferência de parcela a vencer do longo prazo para o curto prazo no total de R\$96,5 milhões; (iv) pela apropriação de encargos financeiros ao resultado no valor de R\$75,9 milhões; e (v) da variação cambial líquida R\$14 milhões.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$5 milhões, apresentando uma redução de 30,8% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$7,4 milhões. Tal variação decorre principalmente (i) da redução do saldo a pagar à Engevix, no valor de R\$1,1 milhão, em função do pagamento realizado de saldo dos contratos de EPC e (ii) pagamento de garantias corporativas à Jackson no valor de R\$1,3 milhão.

Concessões a Pagar

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Concessões a Pagar” atingiu R\$6,7 milhões, apresentando um aumento de 4,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando

atingiu R\$6,5 milhões. Esta variação decorreu principalmente do efeito da correção monetária sobre saldo a pagar de UBP reconhecido por competência no exercício de 2014.

Salários e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Salários e encargos sociais” atingiu R\$6,2 milhões, apresentando um aumento de 51,7% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$4,1 milhões. O saldo de “Salários e encargos sociais” é representado pelos compromissos com folha da Controladora e da subsidiária ENEX.

Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Impostos e contribuições a recolher” atingiu R\$15,3 milhões, um aumento de 3,5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$14,8 milhões, em função principalmente de provisão de IOF a recolher no valor de R\$9,6 milhões sobre as operações de mútuo entre Desenvix e suas subsidiárias.

Imposto de renda e contribuição social a recolher

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social a recolher” atingiu R\$2,8 milhões, apresentando uma redução de 58,7% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$6,8 milhões. Tal variação decorre principalmente do da mudança de tributação da Monel, que a partir de 2014 passou a apurar o resultado sob o regime de lucro presumido.

Provisão para contrato de energia

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Provisão para contrato de energia” atingiu R\$11,8 milhões, apresentando um aumento de 58,7% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$7,4 milhões. Tal variação decorre principalmente (i) de constituição de provisão no valor de R\$4,4 ocorridos em 2014, em atendimento a aplicação de fator “j” à penalidade, pela não entrega de energia pela nossa subsidiária Enercasa, que conforme 3ª Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, realizada em 04 fevereiro de 2014 aprovou proposta de uniformização da cláusula que trata dos critérios de cálculo desta penalidade. O saldo provisionado ao final de 2014 compete aos exercícios de 2012, 2013 e 2014.

Outros passivos

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$16,2 milhões, apresentando uma redução de 8,9% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$17,8 milhões. Tal variação decorre do pagamento a CCEE referente a geração de energia ao período de 2012 e 2013 ter sido inferior ao contrato de venda de energia do complexo Eólico da Bahia, no valor de R\$ 2,2 milhões. Por outro lado, contribuiu para o aumento do saldo de “Outros passivos” a transferência de longo para curto prazo provisão para gastos com a Licença Ambiental de Operação, no valor de R\$ 1,2 milhões, das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia.

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2014 o saldo de “Total do passivo circulante” atingiu R\$209,7 milhões, apresentando uma redução de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$220,9 milhões.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$748,9 milhões, apresentando uma redução de 6,4% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$800,5 milhões. Esta variação decorre da transferência de principal a vencer para o curto prazo, no valor aproximado de R\$31,3 milhões.

Imposto de renda diferido

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Imposto de renda diferido” atingiu R\$7,8 milhões, apresentando um aumento de 39,9% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$5,6 milhões. Esta variação decorre principalmente do aumento da variação cambial passiva no valor de R\$ 3,9 milhões da subsidiária Energen, referente ao empréstimo tomado em dólar junto ao CDB. Por outro lado, a Desenvix baixou o saldo de imposto de renda diferido em função da reversão de ajuste de reavaliação na participação nos empreendimentos Ceran e Dona Francisca no valor de R\$668 mil.

Concessões a pagar

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Concessões a pagar” atingiu R\$57,7 milhões, apresentando um aumento de 2,1 % em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$56,5 milhões. Esta variação decorre principalmente da combinação do efeito da mudança da classificação de “longo prazo” para “curto prazo” sobre saldo a pagar de UBP

(longo prazo) reconhecido por competência no exercício de 2014, além do efeito da correção monetária.

Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social” atingiu R\$718 mil, apresentando um aumento de 100% em comparação com 31 de dezembro de 2013, não havia saldo nesta conta. Esta variação decorre principalmente

Impostos e contribuições

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Impostos e contribuições” atingiu R\$851 mil, apresentando um aumento de 14,8% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$741 mil. Esta variação decorre principalmente do saldo a pagar de PIS e COFINS sobre a receita proveniente da receita excedente das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$24,5 milhões, apresentando um aumento de 14,4% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$21,4 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) reconhecimento dos arrendamentos de terras das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia, de acordo com o CPC 06, no valor de R\$5,6 milhões e da subsidiária Energen no valor de R\$418 mil referente a renovação da LO – Licença de Operação Ambiental. Por outro lado, ocorreu pagamento da provisão para gastos com adequação ambiental das subsidiárias Monel R\$857 mil, Santa Rosa R\$408 mil, Santa Laura R\$398 mil, Moinho R\$296, Esmeralda R\$175 e Enercasa R\$103 mil e (ii) da constituição de provisão, no valor de R\$1,2 milhões, pelo déficit de geração da subsidiária Energen na comparação com os compromissos assumidos em seu contrato de Venda de Energia e por outro lado reversão em 2014 da provisão de 2013 por geração menor que o contratado no valor de R\$743 mil da subsidiária Macaúbas, (iii) transferência para o circulante da dívida da Moinho com a Engevix em decorrência do saldo do contrato de EPC.

Total de passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Total de passivo não circulante” atingiu R\$840,5 milhões, apresentando uma redução de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$884,7 milhões.

Total de passivo

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Total de passivo” atingiu R\$1.050,3 milhões, apresentando uma redução de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$1.105,7 milhões.

Patrimônio líquido atribuído aos acionistas

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Patrimônio líquido atribuído aos acionistas” foi de R\$ 682 milhões, apresentando um aumento de 6% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$643,0 milhões. Tal variação se deve (i) pelo aumento de capital no valor de R\$60.000 milhões de aporte realizado pela acionista Statkraft), (ii) ajuste da avaliação patrimonial da Ceran e Dona Francisca no valor de R\$2 milhões e (ii) prejuízo acumulado de R\$ 55,2 milhões em 2014.

Participação dos não controladores

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de “Participação dos não controladores” foi negativo em R\$86 mil, representado pela participação de não controladores da nossa subsidiária Energen.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2014 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$1.732,3 milhões, apresentando uma redução de 0,9% em comparação com 31 de dezembro de 2013, quando atingiu R\$1.749,2 milhões.



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

• COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013.

	2014	2013	AH
Receita			
Fornecimento de energia elétrica	182.903	185.424	-1,36%
Serviços prestados	31.355	25.916	20,99%
Receita operacional	214.258	211.340	1,38%
Custo do fornecimento de energia elétrica	-83.592	-85.408	-2,13%
Custo dos serviços prestados	-23.106	-18.242	26,66%
	-106.698	-103.650	2,94%
Lucro (prejuízo) bruto	107.560	107.690	-0,12%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	-39.448	-42.506	-7,19%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	160	2.763	-94,21%
	-39.288	-39.743	-1,14%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	68.272	67.947	0,48%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	-126.602	-131.665	-3,85%
Receitas financeiras	26.522	19.212	38,05%
	-100.080	-112.453	-11,00%
Resultado de participações societárias			
Participação nos lucros de coligadas	12.214	1.307	834,51%
Dividendos recebidos	3.856	2.859	34,87%
Ganho na alienação de investimentos	1.244		100,00%
Amortização de ágio	-1.150	-1.150	0,00%
	16.164	3.016	435,94%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-15.644	-41.490	-62,29%
Imposto de renda e contribuição social	-3.884	9.000	-143,16%
Lucr (Prejuízo) líquido do exercício	-19.528	-32.490	-39,90%
Atribuível aos:			
Acionistas da Controladora	-18.956	-31.654	-40,11%
Participação de não controladores	-572	-836	-31,58%
	-19.528	-32.490	-39,90%
(Prejuízo) lucro básico e diluído por lote de mil ações	-0,16201	-0,27054	-40,12%



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Nossas receitas consistem principalmente de fornecimento de energia elétrica, serviços prestados e receita de venda e reembolso de projetos.

Receita Operacional Líquida

Em 2014, a receita operacional líquida total somou R\$ 214,3 milhões, representando aumento de 1,4% na comparação com 2013, quando o valor foi de R\$ 211,3 milhões.

Caso não ocorresse o fator exógeno da GSF reduzindo a receita em R\$ 40,5 milhões, a receita líquida seria de R\$ 254,7 milhões, com evolução de 20,5% no ano.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2013	2014	Var %
			2013 x 2014
Receita Líquida Total	211.340	214.258	1,4
- Fornecimento de energia	185.424	182.903	-1,4
- Venda de energia	188.442	208.926	10,9
- Excedente líquido de geração Eólicas	(2.271)	14.439	735,8
- Efeito GSF/MRE	(747)	(40.462)	5.316,6
- Serviços O&M	25.291	30.395	20,2
- Outros serviços	626	960	53,4

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – Venda de energia

Em 2014, a receita líquida com venda de energia foi de R\$ 208,9 milhões, apresentando aumento de R\$ 20,5 milhões, representando crescimento de 10,9% em comparação com 2013, quando a receita líquida com venda de energia foi de R\$ 188,4 milhões. O aumento decorreu (i) pelo reajuste contratual do preço médio da energia comercializada das subsidiárias e (ii) pela adesão das subsidiárias UHE Monjolinho e Eólicas do Complexo da Bahia ao lucro presumido, contribuindo com a redução das deduções sobre o faturamento bruto.

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – Excedente líquido de geração Eólicas

Em 2014, a receita líquida com o excedente líquido de geração Eólicas foi de R\$ 14,4 milhões, apresentando aumento de R\$ 16,7 milhões, em comparação com 2013, quando a receita líquida com o deficit líquido de geração Eólicas foi de R\$ (2,3) milhões. O aumento decorreu pelo superávit de geração de energia do contrato de fornecimento referente às usinas eólicas, no

valor líquido total de R\$ 14,4 milhões, sendo que em 2013 o resultado líquido da geração foi um déficit de R\$ 2,3 milhões.

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica – Efeito GSF/MRE

Em 2014, a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi fortemente afetada pelo efeito GSF/MRE em decorrência da crise hídrica a qual que afeta o país. O valor contabilizado em 2014, foi de R\$ 40,5 milhões, contemplando o físico dos meses de 2014, bem como, em menor escala, o valor ocorrido em 2013 das usinas alocadas no PROINFA.

Receita líquida de serviços de O&M

Em 2014, a receita líquida de serviços de O&M prestados pela ENEX foi de R\$ 30,4 milhões, apresentando aumento de R\$ 5,1 milhões, representando crescimento de 20,2% em comparação com 2013, quando a receita líquida de serviços de O&M foi de R\$ 25,3 milhões. O aumento foi decorrente principalmente dos novos contratos firmados, bem como dos reajustes contratuais e faturamento de serviços especiais. Ao final de 2014 a ENEX operava 2,1GW, aumento de 75% na comparação com o mesmo período de 2013, quando operava 1,2GW.

Receita líquida de outros serviços

Em 2014, a receita líquida de outros serviços prestados somou R\$ 960 mil, enquanto que em 2013 o valor foi de R\$ 626 mil. Esta receita é composta, principalmente, pelo faturamento da Desenvix Controladora com serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação não controlados integralmente pela Desenvix, além de serviços de consultoria prestados às outras empresas.

Custo dos Serviços Prestados

Em 2014, o custo dos serviços prestados somou R\$ 106,7 milhões, representando aumento de R\$ 3,0 milhões, equivalente a 2,9% na comparação com 2013, quando o valor foi de R\$ 103,6 milhões. O custo dos serviços prestados representou 49,8% da receita líquida em 2014, enquanto que em 2013 representou 49,1%, influenciado pelo efeito da GSF na receita.

Excluindo-se o GSF da receita, o custo dos serviços prestados representaria 41,9% da receita líquida em 2014, enquanto que em 2013 representaria 48,9%.

Essa evolução de 2,9% ficou bem abaixo da inflação registrada no mesmo período.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Custo dos Serviços Prestados			Var %
(R\$ mil)	2013	2014	2013 x 2014
Custo Total	103.650	106.698	2,9
- Custo do fornecimento de energia elétrica	85.408	83.592	-2,1
- Depreciação e amortização	65.199	61.470	-5,7
- Encargos setoriais	10.150	10.024	-1,2
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	9.853	12.694	28,8
- Custo com compra de energia elétrica	206	(596)	-389,3
- Custo dos serviços prestados	18.242	23.106	26,7
- Serviços de O&M	17.806	22.720	27,6
- Outros serviços	436	386	-11,5

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização atingiu R\$ 61,5 milhões 2014, redução de 5,7% na comparação com 2013. A variação é fruto da combinação do (i) aumento da amortização do diferido, por conta da constituição de provisão para os gastos com as Licenças de Operação, e da (ii) redução da depreciação das Usinas do Complexo Eólico da Bahia, em função da baixa do imobilizado ocorrido em dezembro de 2013, fator da negociação com fornecedores.

Encargos setoriais

Em 2014, o gasto com encargos setoriais totalizou R\$ 10,0 milhões, redução de 1,2% na comparação com 2013, fruto principalmente da cobrança retroativa dos encargos de transmissão, no valor de R\$ 280 mil, ocorrida no mês de janeiro de 2013 e referente ao 2S12, das Usinas do Complexo Eólico da Bahia. A redução foi compensada pela correção da TUSD – Taxa do Uso do Sistema de Distribuição conforme previsto em contrato.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

Em 2014, outros custos de fornecimento de energia elétrica totalizou R\$ 12,7 milhões, apresentando aumento de R\$ 2,8 milhões, incremento 28,8% na comparação com 2013, quando atingiu R\$ 9,8 milhões. O aumento tem como fatores (i) o início da cobrança pelo serviço de O&M prestado às usinas do Complexo Eólico da Bahia, a partir de julho de 2013, conforme previsto em contrato, contribuindo para o aumento de R\$ 1,5 milhão e (ii) a redução do crédito de PIS e COFINS da UHE Monjolinho e Eólicas da Bahia, pela mudança do regime de tributação do lucro real para lucro presumido contribuindo para o aumento de R\$ 1,5 milhão.

Custo com compra de energia elétrica

Em 2014 o custo com compra de energia elétrica é composto pela compra de energia da PCH Moinho no valor de R\$ 361 mil, e pela reversão de provisão para compra de energia elétrica da UTE Enercasa no valor de R\$ 957 mil, constituída ao longo de 2012.

Serviços de O&M

O custo dos serviços de O&M prestados em 2014 foi de R\$ 22,7 milhões, apresentando aumento de R\$ 4,9 milhões, incremento 27,6% em comparação com 2013, quando atingiu R\$ 17,8 milhões. Esta variação decorreu principalmente do aumento da estrutura para fazer frente ao aumento da receita de novos contratos da Enex. Também contribuiu para esse aumento a reclassificação contábil de despesas operacionais para custos operacionais relativos ao Centro de Operação Remoto, relacionado à prestação de serviços de O&M da subsidiária ENEX.

Outros serviços

O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos.

Despesas (Receitas) Operacionais

Em 2014, as despesas operacionais atingiram R\$ 39,3 milhões, apresentando redução de 1,1% em comparação com 2013, quando atingiram R\$ 39,7 milhões.

Essa redução é significativa, pois além da normal pressão inflacionária que seria natural de aumento, reflete o foco da Administração e Acionistas da Companhia na otimização de custos e melhoria dos processos.

As despesas operacionais representaram 18,8% da receita líquida em 2014, enquanto que em 2013 representaram 18,3%, influenciado pelo efeito da GSF na receita. Excluindo-se o GSF da receita, as despesas operacionais representariam 15,4% da receita líquida em 2014, enquanto que em 2013 representaram 18,7%, influenciado pelo efeito da GSF na receita.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Despesas Gerais (R\$ mil)	2013		2014		Var %
					2013 x 2014
Despesas (Receitas) Totais	39.743	39.288			-1,1
- Gerais e Administrativas totais	42.506	39.448			-7,2
- Gerais e administrativas	37.667	26.703			-29,1
- Remuneração dos administradores	5.081	4.152			-18,3
- Provisão para perda em contrato de energia	(2.453)	5.267			-314,7
- Com estudos em desenvolvimento	2.211	3.326			50,4
- Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(2.763)	(160)			-94,2

Despesas gerais e administrativas

Em 2014, despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 26,7 milhões, apresentando redução de R\$ 11 milhões, variação de -29,1% em comparação com 2013, quando atingiram R\$ 37,7 milhões. A redução reflete o plano de cortes de despesas operacionais implantado no final de 2013, com destaque para a Desenvix Controladora, contribuindo com R\$ 7,1 milhões, composto por redução nas contas de (a) folha de pagamento R\$ 1,1 milhão, (b) gastos com viagens R\$ 462 mil, (c) serviços de terceiros R\$ 400 mil, (d) contrato de compartilhamento de serviços com controlador R\$ 1,0 milhão, (e) implantação e manutenção do ERP R\$ 1,0 milhão, (f) aluguel R\$ 350 mil, (g) reversão de honorários advocatícios com arbitragem da Brasil Bio Energia - BBE R\$ 1,1 milhão, e (g) provisão para contingências trabalhistas em 2013 R\$ 1,6 milhão. Também contribuiu a redução das despesas das subsidiárias operacionais, e a reclassificação contábil de despesas operacionais para custos operacionais relativos ao Centro de Operação Remoto, relacionado diretamente à prestação de serviços de O&M da subsidiária ENEX. Por outro lado, o resultado de 2014 contempla provisão para bônus participação nos resultados no valor total de R\$ 2,2 milhões.

Honorários da administração

Em 2014, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 4,1 milhões, apresentando redução de R\$ 929 mil, variação de -18,3% em comparação com 2013, quando atingiram R\$ 5,1 milhões. A variação é fator da redução no número de diretores estatutários, em linha com plano de redução de despesas da Companhia, implantado ao final de 2013.

Provisão para perda em contrato de energia

As despesas contemplam provisão para penalidade Enercasa no valor de R\$ 4,4 milhões, referente ao ano de 2014. Adicionalmente contempla provisão para penalidade de Barra dos Coqueiros no valor de R\$ 904 mil pelo déficit de geração.

Com estudos em desenvolvimento



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

As despesas contemplam investimentos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. No ano de 2014 ocorreu baixa contábil para perda dos estudos com o projeto Itacaiúnas no valor de R\$ 1,8 milhão.

Descontado o valor da baixa, a variação apresenta redução das despesas, refletindo o atual período de estudo de repriorização dos projetos em desenvolvimento, para implementação dos mesmos, em condições favoráveis de mercado.

Outras receitas operacionais, líquidas

Em 2013, as outras (receitas) despesas operacionais líquidas atingiram uma receita de R\$ 2,8 milhões, em comparação com uma receita de R\$ 160 mil em 2014. A receita apurada no em 2013 é referente à baixa de provisão para contingência civil, considerando a reavaliação do status dos processos jurídicos.

Resultado Financeiro

Em 2014, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 100,1 milhões, redução de R\$ 12,4 milhões, equivalente a 11,0%, na comparação com 2013, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 112,4 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro	2013	2014	Var %
(R\$ mil)			2013 x 2014
Despesas financeiras	131.665	126.602	-3,8
- Com financiamentos (iii)	66.786	76.121	14,0
- Cartas de fiança bancária (v)	5.236	6.741	28,7
- IOF e multa e juros sobre tributos (iv)	2.004	3.183	58,8
- Variações monetárias e cambiais passivas (ii)	27.717	26.407	-4,7
- Concessões a pagar e outras despesas	8.893	9.144	2,8
- Outras despesas financeiras (i) (vi)	21.029	5.006	-76,2
Receitas financeiras	19.212	26.522	38,0
- Com aplicações financeiras	5.579	5.974	7,1
- Variações monetárias e cambiais ativas	13.633	20.548	50,7
Resultado Financeiro	112.453	100.080	-11,0

Despesas financeiras

Em 2014, as despesas financeiras atingiram R\$ 126,6 milhões, apresentando redução de R\$ 5,1 milhões, equivalente a 3,8% na comparação com 2013, quando atingiram R\$ 131,7 milhões. Tal variação é decorrente **(i)** da redução de outras despesas financeiras, uma vez que em 2013 foi constituída provisão para ativo não recuperável, no valor de R\$ 15,7 milhões, referente ao saldo do contrato de mútuo com a PauD'algo, e **(ii)** da redução da variação cambial passiva da subsidiária Energen, no valor de R\$ 2,2 milhões, referente ao empréstimo tomado em dólar junto ao CDB.

Por outro lado, a redução das despesas financeiras foi parcialmente compensada pelo **(iii)** aumento de 14,0% das despesas com financiamentos, que passaram de R\$ 66,8 milhões em 2013 para R\$ 76,1 milhões em 2014, em consequência da combinação (a) do aumento das despesas com empréstimos da Desenvix Holding no valor de R\$ 11,6 milhões, fator do aumento do saldo do endividamento bancário, bem como do aumento da taxa de juros, uma vez que as dívidas são indexadas ao DI, do (b) aumento de R\$ 606 mil no valor dos juros amortizados do empréstimo firmado com o BNB, fator do perfil de amortização, sendo compensados pela (c) redução de R\$ 2,5 milhões no valor dos juros amortizados dos empréstimos firmados com o BNDES, das subsidiárias em operação, PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa, PCH Moinho, UHE Monjolinho e UTE Enercasa, em função dos juros pagos serem decrescentes conforme prevê o contrato, da **(iv)** correção do saldo de IOF dos mútuos *intercompany* no valor de R\$ 1,8 milhão, do **(v)** aumento das despesas com cartas de fiança bancária, no valor de R\$ 1,7 milhão, principalmente em função das fianças contratados nos empréstimos de curto prazo tomados pela Desenvix Controladora, bem como fianças corporativas com controladores. **(vi)** Outras despesas financeiras são compostas principalmente por (a) pagamento de R\$ 1,0 milhão de *waiver fee* para os debenturistas da 1ª emissão em função da concessão de *waiver* em abril de 2014 e (b) do diferimento dos gastos com operação de mercado de capitais no valor de R\$ 1,4 milhão.

Receitas financeiras

Em 2014, as receitas financeiras atingiram R\$ 26,5 milhões, apresentando aumento de R\$ 7,3 milhões, equivalente a 38,0% na comparação com 2013, quando atingiram R\$ 19,2 milhões. Tal variação é decorrente principalmente **(vii)** do aumento das variações monetárias e cambiais ativas, no valor de R\$ 6,9 milhões, em função da (a) correção monetária dos recebíveis dos controladores, no valor de R\$ 4,9 milhões, além da (b) correção do saldo de recebíveis referente ao superávit de geração das Eólicas da Bahia no valor de R\$1,1 milhão.



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Resultado de Participações Societárias

Em 2014, o resultado de participações societárias foi de R\$ 16,2 milhões, em comparação com um resultado de R\$ 3,0 milhões apurado em 2013.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Resultado de participações societárias	2013	2014	Var %
(R\$ mil)			2013 x 2014
- Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	1.307	12.214	834,5
- Dividendos recebidos	2.859	3.856	34,9
- Ganho na alienação de investimentos	-	1.244	100,0
- Amortização de ágio	(1.150)	(1.150)	-
Resultado de participações	3.016	16.164	435,9

Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto

Em 2014, o resultado da participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto é composto (i) pelo resultado positivo da subsidiária Goiás Transmissão S.A. (25,5%), no valor de R\$ 7,0 milhões, (ii) pelo resultado positivo da subsidiária MGE Transmissão S.A. (25,5%), no valor de R\$ 3,1 milhões e (iii) pelo resultado positivo da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), no valor de R\$ 2,1 milhões.

Dividendos recebidos

Em 2014, a Companhia recebeu dividendos referentes à sua participação societária minoritária mantida no Complexo Energético Rio das Antas – CERAN (5%) no valor de R\$ 2,7 milhões e Dona Francisca (2,12%) no valor de R\$ 1,2 milhão.

Ganho na alienação de investimentos

Em fevereiro de 2014 a Companhia reconheceu o valor de R\$ 1,2 milhão como ganho pela alienação da participação mantida no FIP Energias Renováveis.

Amortização de ágio sobre investimento

Amortização do ágio sobre a valorização da ENEX, em função da operação de aquisição de participação ocorrida em setembro de 2011, onde a Desenvix adquiriu os 50% restantes dessa Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex, Enercasa e Energen optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2014, imposto de renda e contribuição social somaram R\$ (3,9) milhões, compostos por despesas de IRPJ e CSLL no valor de R\$ (7,8) milhões e por IR diferido no valor de R\$ 3,9 milhões. O IR diferido é composto principalmente pela constituição de IR diferido sobre variação cambial passiva no valor de R\$ 5,9 milhões da subsidiária Energen e de IR diferido no valor de R\$ 741 mil da Controladora, sendo parcialmente compensado pela baixa de R\$ 2,4 milhões de IR diferido da subsidiária Macaúbas.

Participação de Não Controladores

Em 2014, a participação de não controladores foi de R\$ (572) mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Período

Em 2014, foi registrado prejuízo de R\$ 19,5 milhões, enquanto que em 2013 apuramos prejuízo de R\$ 32,5 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente, com destaque para o efeito negativo do ajuste do GSF de R\$ 40,5 milhões.



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

• ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 REAPRESENTADO

Ativo	dez/13	AV	dez/12	AV	AH
	reapresentado				
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	28.803	1,65%	124.677	6,58%	-76,90%
Aplicação financeira restrita	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Contas a receber	24.177	1,38%	27.410	1,45%	-11,79%
Dividendos a receber	10.654	0,61%	1.154	0,06%	823,22%
Impostos a recuperar	6.459	0,37%	4.650	0,25%	38,90%
Estoques	1.052	0,06%	983	0,05%	7,02%
Outros ativos	9.432	0,54%	4.503	0,24%	109,46%
Investimento mantidos para venda	3.060	0,17%	16.976	0,90%	-81,97%
	83.637	4,78%	180.353	9,51%	-53,63%
Não circulante					
Aplicação financeira restrita	52.119	2,98%	40.023	2,11%	30,22%
Partes relacionadas	26.824	1,53%	43.425	2,29%	-38,23%
Imposto de renda diferido	23.768	1,36%	5.604	0,30%	324,13%
Investimentos em entidades não controladas valor justo	66.677	3,81%	81.213	4,28%	-17,90%
Tributos a recuperar	263	0,02%	-	0,00%	-100,00%
Outros ativos	8.441	0,48%	27	0,00%	31162,96%
	178.092	10,18%	170.292	8,98%	4,58%
Investimentos	150.656	8,61%	108.789	5,74%	38,48%
Imobilizado	1.194.632	68,29%	1.299.715	68,55%	-8,09%
Intangível	117.047	6,69%	115.388	6,09%	1,44%
Propriedades para investimentos	25.208	1,44%	21.419	1,13%	17,69%
	1.487.543	85,04%	1.545.311	81,51%	-3,74%
Total do ativo	1.749.272	100,00%	1.895.956	100,00%	-7,74%

CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa” atingiu R\$28,8 milhões, apresentando redução de 76,9% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$124,7 milhões. A variação observada é explicada principalmente (i) pelo aporte de capital de R\$ 36,5 milhões realizado na subsidiária Goiás, (ii) pelo aporte de capital de R\$ 30,4 milhões realizado na subsidiária MGE, (iii) pagamento à fornecedores, no valor de R\$ 40,0 milhões, pela subsidiária Energen e usinas do Complexo Eólico da Bahia referente à implantação de empreendimentos de geração de energia, (iv) pagamento de R\$ 22 milhões referente à devolução do montante de energia faturada e não entrega pela subsidiária Enercasa. A redução foi parcialmente compensada pelas captações de capital de giro tomadas pela Controladora.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Contas a Receber” atingiu R\$24,2 milhões, apresentando redução de 11,8% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$27,4 milhões. A variação observada é explicada principalmente pela (i) redução no saldo a receber pela venda de energia elétrica, no valor de R\$2,2 milhões da subsidiária Enercasa, haja vista a suspensão do faturamento do seu contrato de Venda de Energia com a CCEE, conforme termos do despacho ANEEL nº 1.516, de 14 de maio de 2013. O saldo remanescente refere-se à redução do “Contas a Receber” dos demais empreendimentos em operação pelo fato da data do recebimento da parcela da fatura, pela venda de energia, ter ocorrido no final de semana, fazendo com que o pagamento ocorresse no mês subsequente. A redução foi parcialmente compensada pelo aumento do saldo de “Contas a Receber” da subsidiária ENEX tendo em vista o aumento do número de contrato de prestação de serviços de O&M.

Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Dividendos a receber” atingiu R\$10,6 milhões, apresentando um aumento de 823,2% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$1,2 milhão. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento de dividendos a receber da subsidiária Goiás Transmissão S.A. referente ao exercício social de 2013, no valor de R\$10,4 milhões.

Impostos a recuperar

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Impostos a recuperar” atingiu R\$6,5 milhões, apresentando um aumento de 38,9% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$4,6 milhões. Esta variação decorre do aumento da recuperação de PIS e COFINS, principalmente na subsidiária ENEX, tendo em vista o aumento das operações.

Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Outros ativos” atingiu R\$9,4 milhões, aumento de 109,5% em comparação a 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$4,5 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) pelo aumento de R\$4,6 milhões com despesas antecipadas da Desenvix Controladora fruto da reclassificação das despesas com IPO anteriormente alocada no contas a receber com partes relacionadas, sendo que o valor, após análise pelos acionistas foi considerado gasto de estruturação organizacional não atrelado à operação de venda da companhia. Será dada baixa no valor contra outras despesas financeiras.

Investimentos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Investimentos mantidos para venda” atingiu R\$3,1 milhões, redução de 82% em comparação a 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$17 milhões. Esta variação decorre principalmente da venda do projeto da UHE São Roque, no valor de R\$15,5 milhões. Por outro lado, contribuiu para o aumento do saldo de “Investimentos mantidos para venda” a reclassificação do valor de R\$ 3,1 milhões, do saldo do investimento realizado no FIP Energias Renováveis S.A..

Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$83,6 milhões, apresentando uma redução de 53,6% em comparação a 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$180,3 milhões.

NÃO CIRCULANTE

Aplicação financeira restrita

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Aplicação financeira restrita” era de R\$52,1 milhões, apresentando um aumento de 30,2% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$40,0 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) do aumento do saldo da aplicação financeira, no valor de R\$8,2 milhões, em nome da Desenvix Controladora, decorrente do complemento das garantias do contrato de emissão das Debêntures (ii) do aumento do saldo

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

da aplicação financeira, no valor de R\$7,0 milhões, em nome das usinas do Complexo Eólico da Bahia, decorrente de obrigação derivada de contrato celebrado com o BNB. Por outro lado, mitigou o aumento do saldo de “Aplicação financeira restrita” o resgate de aplicação realizado pela UHE Monjolino, após aval do BNDES, tendo em vista a constituição de saldo acima do limite necessário, contribuindo com redução de R\$2,0 milhões.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$26,8 milhões, apresentando uma redução de 38,2% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando o saldo foi de R\$43,4 milhões. Esta variação decorreu, principalmente (i) pela transferência de saldo, no valor de R\$ 4,6 milhões, para “Outros ativos”, fruto da reclassificação das despesas com IPO, sendo que o valor, após análise pelos acionistas foi considerado gasto de estruturação organizacional não atrelado à operação de venda da companhia, sendo R\$ 3,9 milhões da Jackson e R\$701 mil da FUNCEF e (ii) pela baixa dos recebíveis da PauD’alho através da constituição de provisão para ativo não recuperável, no valor de R\$ 15,7 milhões. Por outro lado, contribuiu para mitigar a redução do saldo de “Partes relacionadas” o aumento no valor R\$875 mil da Adami Madeiras.

Imposto de renda diferido

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Imposto de renda diferido” foi de R\$23,8 milhões, apresentando um aumento de 324,1% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando o saldo foi de R\$5,6 milhões. Esta variação decorreu principalmente do aumento do Imposto de renda diferido das subsidiárias Energen e Usinas do Complexo Eólico da Bahia, as quais aderiram ao regime tributário pelo lucro real em 2013 e juntas contribuíram para o aumento de R\$15,3 milhões do de “Imposto de renda diferido”.

Investimentos em entidades não controladas ao valor justo

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Investimentos em entidades não controladas ao valor justo” atingiu R\$66,7 milhões, apresentando uma redução de 17,9% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$81,2 milhões. Esta variação decorre da transferência para o curto prazo, conta “Investimentos mantidos para venda”, no valor de R\$ 3,1 milhões, do saldo do investimento realizado no FIP Energias Renováveis S.A., além da reavaliação do valor justo dos empreendimentos minoritários motivado pela desconsideração da extensão da concessão.

Outros ativos

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Outros ativos” atingiu R\$8,4 milhões, enquanto que em comparação com 31 de dezembro de 2012 o saldo era nulo. O valor representa a constituição de provisão de recebíveis das subsidiárias Seabra (R\$ 2,5 milhões) e Novo Horizonte (R\$5,5 milhões) referente ao superávit de geração de energia na comparação com o seu Contrato de Venda de Energia.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Investimentos” atingiu R\$150,6 milhões, apresentando um aumento de 38,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$108,8 milhões. Esta variação decorre principalmente dos investimentos realizados necessários para a implantação dos empreendimentos de transmissão de energia Goiás e MGE Transmissão S.A..

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$1.194,6 milhões, apresentando uma redução de 8,1% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$1.299,7 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) da depreciação do ativo imobilizado dos Empreendimentos em Operação, no valor de R\$59,5 milhões, além da baixa devido à acordo contratual efetuado entre Desenvix/Engevix e Alstom, datado em 23/12/2013, que trata da redução de preço contratual, reconhecimento de dívida, transação e outras avenças, que adita o contrato efetuado entre as partes citadas da Empreitada Integral para Implantação das Centrais Geradoras Eólicas do Complexo Eólico da Bahia, que abrangem as controladas Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra. A dedução de preço foi incentivada pelo não atendimento do prazo de aceitação (entrega das Centrais Geradoras em funcionamento) na data acordada no contrato de empreitada. Com isso, houve redução de imobilizado nestas controladas no montante de R\$ 48,3 milhões, que representa a maior parte das baixas do ano de 2013, conforme apresentado no quadro abaixo.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Intangível” atingiu R\$117,1 milhões, apresentando aumento de 1,4% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$115,4 milhões. A variação observada é fruto principalmente da constituição de provisão para gastos ambientais necessários para manutenção da Licença de Operação, principalmente nas subsidiárias Santa Laura e Santa Rosa, por força do início de nova vigência das Licenças.

Propriedades para investimentos

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Propriedades para investimentos” atingiu R\$25,2 milhões, apresentando aumento de 17,7% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$21,4 milhões. A variação observada é fruto da aquisição de terras para implantação de empreendimentos de geração de energia elétrica.

Ativo Não Circulante Total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Ativo Não Circulante” atingiu R\$1.487,5 milhões, apresentando uma redução de 3,7% em comparação a 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$1.545,3 milhões.

Total do Ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Total do Ativo” atingiu R\$1.749,3 milhões, apresentando uma redução de 7,7% em comparação a 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$1.896,0 milhões.



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

• PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012 REAPRESENTADO

Passivo e patrimônio líquido	dez/13	AV	dez/12	AV	AH
	reapresentado				
Circulante					
Fornecedores	33.260	1,90%	108.899	5,74%	-69,46%
Financiamentos	122.751	7,02%	70.366	3,71%	74,45%
Partes relacionadas	7.363	0,42%	30.078	1,59%	-75,52%
Concessões a pagar	6.500	0,37%	6.255	0,33%	3,92%
Salários e encargos sociais	4.135	0,24%	4.240	0,22%	-2,48%
Impostos e contribuições a recolher	14.822	0,85%	14.767	0,78%	0,37%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6.816	0,39%	5.875	0,31%	16,02%
Provisão para contrato de energia	7.425	0,42%	33.058	1,74%	-77,54%
Dividendos propostos	47	0,00%	47	0,00%	0,00%
Terras servidão	-	0,00%	2.037	0,11%	-100,00%
Outros passivos	17.814	1,02%	27.267	1,44%	-34,67%
	220.934	12,63%	302.889	15,98%	-27,06%
Não circulante					
Financiamentos	800.503	45,76%	831.850	43,87%	-3,77%
Imposto de renda diferido	5.561	0,32%	6.676	0,35%	-16,70%
Concessões a pagar	56.538	3,23%	55.015	2,90%	2,77%
Tributos a pagar	741	0,04%	-	0,00%	100,00%
Outros Passivos	21.390	1,22%	12.061	0,64%	77,35%
	884.733	50,58%	905.602	47,76%	-2,30%
Total do passivo	1.105.667	63,21%	1.208.491	63,74%	-8,51%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social	665.312	38,04%	665.312	35,09%	0,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	32.963	1,88%	44.432	2,34%	-25,81%
Reservas de lucros	739	0,04%	8.448	0,45%	-91,25%
Lucros (prejuízos) acumulados	-55.994	-3,20%	-32.049	-1,69%	74,71%
	643.020	36,76%	686.143	36,19%	-6,28%
Participação dos não controladores	486	0,03%	1.322	0,07%	-63,24%
Total do patrimônio líquido	643.506	36,79%	687.465	36,26%	-6,39%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.749.172	100,00%	1.895.956	100,00%	-7,74%

CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Fornecedores” foi de R\$ 33,3 milhões, apresentando uma redução de 69,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando o saldo foi de R\$108,9 milhões. Esta variação decorreu da redução do saldo a pagar a Fornecedores, principalmente (i) das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia pelo acordo contratual efetuado entre Desenvix/Engevix e Alstom, conforme comentado anteriormente na conta “Imobilizado” afetando em R\$ R\$ 48,3 milhões, (ii) das subsidiárias do Complexo Eólico da Bahia pelo acordo contratual efetuado entre Desenvix/Engevix e Alstom, que resultou no pagamento efetivo de R\$20 milhões ao fornecedor Alstom e (iii) da subsidiária Energem pelo pagamento de fornecedores relacionados à implantação do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros, no valor de R\$5,6 milhões.

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$122,7 milhões, apresentando um aumento de 74,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$70,4 milhões. Tal variação decorre principalmente (i) da captação de financiamento na Desenvix Controladora, no valor de R\$75 milhões em função da necessidade de giro de algumas de suas subsidiárias, (ii) da variação cambial líquida R\$15,2 milhões, (iii) da transferência de parcela a vencer do longo prazo para o curto prazo no total de R\$31,3 milhões e (iv) pela apropriação de encargos financeiros ao resultado no valor de R\$66,8 milhões. Por outro lado, contribuiu para a redução do saldo de “Financiamentos” o pagamento de R\$70,7 milhões de juros e o pagamento de R\$64,8 milhões de principal.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Partes relacionadas” foi de R\$7,4 milhões, apresentando uma redução de 75,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$30,1 milhões. Tal variação decorre principalmente (i) da redução do saldo a pagar à Engevix, no valor de R\$5,9 milhões, em função do pagamento realizado de saldo dos contratos de EPC e (ii) pela liquidação do compromisso de aporte de capital na Goiás Transmissão S.A. no valor de R\$8,7 milhões e na MGE Transmissão S.A. no valor de R\$7,7 milhões.

Concessões a Pagar

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Concessões a Pagar” atingiu R\$6,5 milhões, apresentando um aumento de 3,9% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando

atingiu R\$6,2 milhões. Esta variação decorreu principalmente do efeito da correção monetária sobre saldo a pagar de UBP reconhecido por competência no exercício de 2013.

Salários e encargos sociais

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Salários e encargos sociais” atingiu R\$4,1 milhões, apresentando uma redução de 2,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$4,2 milhões. O saldo de “Salários e encargos sociais” é representado pelos compromissos com folha da Controladora e da subsidiária ENEX.

Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Impostos e contribuições a recolher” atingiu R\$14,8 milhões, permanecendo estável em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$14,8 milhões.

Imposto de renda e contribuição social a recolher

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Imposto de renda e contribuição social a recolher” atingiu R\$6,8 milhões, apresentando um aumento de 16,0% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$5,9 milhões. Tal variação decorre principalmente do aumento do faturamento de nossos Empreendimentos em Operação, ensejando, conseqüentemente, o aumento do valor de imposto de renda e contribuição social reconhecido por competência no exercício de 2013.

Provisão para contrato de energia

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Provisão para contrato de energia” atingiu R\$7,4 milhões, apresentando uma redução de 77,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$33,1 milhões. Tal variação decorre principalmente (i) do pagamento, no valor de R\$22,0 milhões, pela energia faturada, recebida e não entregue, durante o ano de 2012, pela nossa subsidiária Enercasa e (ii) pela baixa de provisão para aplicação de fator “j” à penalidade, pela não entrega de energia pela nossa subsidiária Enercasa, durante o ano de 2012 no valor de R\$7,7 milhões. Por outro lado, contribuiu para o aumento do saldo de “Provisão para contrato de energia” a constituição de provisão para multa pela não entrega de energia pela nossa subsidiária Enercasa, durante o ano de 2013, no valor de R\$4,1 milhões.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$17,8 milhões, apresentando uma redução de 34,7% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$27,3 milhões. Esta variação decorre principalmente da baixa por pagamento de provisão para gastos pré operacionais da subsidiária Energen, no valor de R\$ 15,3 milhões. Por outro lado, contribuiu para o aumento do saldo de “Outros passivos” a constituição de provisão, no valor de R\$ 3,2 milhões, pelo déficit de geração da subsidiária Energen na comparação com os compromissos assumidos em seu contrato de Venda de Energia.

Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2013 o saldo de “Total do passivo circulante” atingiu R\$220,9 milhões, apresentando uma redução de 27,1% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$27,3 milhões.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Financiamentos” atingiu R\$800,5 milhões, apresentando uma redução de 3,8% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$831,9 milhões. Esta variação decorre da transferência de principal a vencer para o curto prazo, no valor aproximado de R\$31,3 milhões.

Concessões a pagar

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Concessões a pagar” atingiu R\$56,5 milhões, apresentando um aumento de 2,9% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$55,0 milhões. Esta variação decorre principalmente da combinação do efeito da mudança da classificação de “longo prazo” para “curto prazo” sobre saldo a pagar de UBP (longo prazo) reconhecido por competência no exercício de 2013, além do efeito da correção monetária.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Outros passivos” atingiu R\$21,4 milhões, apresentando um aumento de 77,4% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$12,1 milhões. Esta variação decorre principalmente (i) da constituição de provisões para gastos com adequação de meio ambiente das subsidiárias Monjolinho, R\$4,8 milhões,

Santa Rosa R\$1,5 milhão e Santa Laura R\$1,3 milhão e (ii) da constituição de provisão, no valor de R\$2,1 milhões, pelo déficit de geração da subsidiária Energen na comparação com os compromissos assumidos em seu contrato de Venda de Energia.

Total de passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Total de passivo não circulante” atingiu R\$884,7 milhões, apresentando uma redução de 2,3% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$905,6 milhões.

Total de passivo

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Total de passivo” atingiu R\$1.105,7 milhões, apresentando uma redução de 8,5% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$1.208,5 milhões.

Patrimônio líquido atribuído aos acionistas

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Patrimônio líquido atribuído aos acionistas” foi de R\$ 643,0 milhões, apresentando uma redução de 6,3% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$686,1 milhões. Esta variação se deu por força do prejuízo apurado do exercício social de 2013, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 31.654 mil excluindo participação de não controladores, além da redução de R\$11.469 mil no valor do ajuste de avaliação patrimonial, referente ao valor justo de investimentos em entidades não controladas.

Participação dos não controladores

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de “Participação dos não controladores” era de R\$486 mil, representado pela participação de não controladores da nossa subsidiária Energen.

Total do passivo e patrimônio líquido

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2013 o saldo da conta “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$1.749,2 milhões, apresentando uma redução de 7,7% em comparação com 31 de dezembro de 2012, quando atingiu R\$1.896 milhões.



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

• COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 REAPRESENTADO.

	2013	2012	AH
Receita			
Fornecimento de energia elétrica	185.424	164.404	12,79%
Serviços prestados	25.916	22.618	14,58%
Receita operacional	211.340	187.022	13,00%
Custo do fornecimento de energia elétrica	-85.408	-71.482	19,48%
Custo dos serviços prestados	-18.242	-14.261	27,92%
	-103.650	-85.743	20,88%
Lucro (prejuízo) bruto	107.690	101.279	6,33%
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	-42.506	-51.558	-17,56%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.763	513	438,60%
Participação nos lucros de controladoras	0	158	-100,00%
	-39.743	-50.887	-21,90%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	67.947	50.392	34,84%
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	-131.665	-89.234	47,55%
Receitas financeiras	19.212	7.255	164,81%
	-112.453	-81.979	37,17%
Resultado de participações societárias			
Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas em conjunto	1.307	4.867	-73,15%
Dividendos recebidos	2.859	1.074	166,20%
Amortização de ágio	-1.150	-1.150	0,00%
	3.016	4.791	-37,05%
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-41.490	-26.796	54,84%
Imposto de renda e contribuição social	9.000	-4.826	-286,49%
Lucr (Prejuízo) líquido do exercício	-32.490	-31.622	2,74%
Atribuível aos:			
Acionistas da Controladora	-31.654	-31.998	-1,08%
Participação de não controladores	-836	376	-322,34%
	-32.490	-31.622	2,74%
(Prejuízo) lucro básico e diluído por lote de mil ações	-0,27054	-0,27348	-1,08%



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Nossas receitas consistem principalmente de fornecimento de energia elétrica, serviços prestados e receita de venda e reembolso de projetos.

Receita Operacional Líquida

Em 2013, a receita operacional líquida total somou R\$ 211,3 milhões, representando aumento de R\$ 24,3 milhões, equivalente a 13,0% na comparação com 2012, quando o valor foi de R\$ 187 milhões.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
Receita Líquida Total	187.022	211.340	13,0
- Fornecimento de energia	164.404	185.424	12,8
- Serviços O&M	22.516	25.291	12,3
- Outros serviços	101	626	519,8

Receita líquida de fornecimento de energia elétrica

Em 2013, a receita líquida com o fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 185,4 milhões, apresentando aumento de R\$ 21,0 milhões, crescimento de 12,8% em comparação com 2012, quando a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 164,4 milhões. O aumento decorreu principalmente (i) do incremento da receita de venda de energia do Complexo Eólico da Bahia e do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros, contribuindo com adicional de R\$ 21,8 milhões e R\$ 6,8 milhões, respectivamente, em função da entrada em operação comercial ao longo do 2S12, (ii) pela reversão de receita líquida, no valor de R\$ 20,7 milhões, da UTE Encrása, ocorrida em dezembro de 2012, fruto da não geração de energia conforme comentado no item 9-A acima e (iii) pelo reajuste contratual do preço médio da energia comercializada das subsidiárias, contribuindo com cerca de R\$ 8,1 milhões.

Por outro lado, contribuiu para a mitigação do aumento da receita líquida de fornecimento de energia elétrica, no período dos doze meses de 2013 (i) a redução de R\$ 29,1 milhões na receita líquida da UTE Encrása por força da suspensão temporária da liquidação financeira perante a CCEE, conforme comentado no item 9-A acima, (ii) a variação do resultado com GSF/MRE no valor de R\$ 3,4 milhões, (iii) pela contabilização do déficit de geração de energia do contrato de fornecimento referente às usinas eólicas, no valor líquido total de R\$ 1,9 milhões, conforme comentado no item 9-B acima e (iv) redução do faturamento da PCH Moinho em cerca de R\$ 1 milhão pela revisão do preço de comercialização, conforme previa o Contrato de Venda de Energia.

Receita líquida de serviços de O&M

Em 2013, a receita líquida de serviços de O&M foi de R\$ 25,3 milhões, apresentando aumento de R\$ 2,8 milhões, equivalente a 12,3% em comparação com 2012, quando a receita líquida de serviços de O&M foi de R\$ 22,5 milhões. O aumento foi decorrente dos reajustes contratuais,



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

novos contratos firmados, principalmente no 4T13, além do faturamento de serviços extras realizados, durante o 1T13, não previstos em contratos.

Em 31 de dezembro de 2013, a ENEX possuía 37 contratos de prestação de serviços de O&M, dos quais, 34 somavam capacidade instalada de 1.115 MW, além de 3 contratos referentes ao O&M de duas linhas de transmissão e uma subestação.

Receita líquida de outros serviços

Em 2013, a receita líquida de outros serviços prestados somou R\$ 626 mil, enquanto que em 2012 o valor foi de R\$ 101 mil. Esta receita é composta, principalmente, pelo faturamento da Desenvix Controladora com serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação, além de serviços de consultoria prestados.

Custo dos Serviços Prestados

Em 2013, o custo dos serviços prestados somou R\$ 103,6 milhões, representando aumento de R\$ 17,9 milhões, equivalente a 20,9% na comparação com 2012, quando o valor foi de R\$ 85,7 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custo dos Serviços Prestados (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
Custo Total	85.743	103.650	20,9
- Custo do fornecimento de energia elétrica	71.482	85.408	19,5
- Depreciação e amortização	47.706	65.199	36,7
- Encargos setoriais	9.028	10.150	12,4
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	8.659	9.853	13,8
- Custo com compra de energia elétrica	6.089	206	-96,6
- Custo dos serviços prestados	14.261	18.242	27,9
- Serviços de O&M	14.154	17.806	25,8
- Outros serviços	107	436	307,5

Depreciação e amortização

Depreciação e amortização atingiu R\$ 65,2 milhões em 2013, incremento de 36,7% na comparação com 2012. A variação tem como principal fator o aumento do ativo imobilizado decorrente da maior quantidade de usinas em operação, como o Parque Eólico de Barra dos Coqueiros e o Complexo Eólico da Bahia que entraram em operação comercial no 2S12 e juntos contribuíram para o aumento de R\$ 15,7 milhões na depreciação.

Em menor escala, houve redução no valor da depreciação das Usinas do Complexo Eólico da Bahia, em função da baixa do imobilizado ocorrido em dezembro de 2013, fator da negociação do saldo a pagar com fornecedor.

Encargos setoriais

Gasto com encargos setoriais totalizou R\$ 10,1 milhões em 2013, crescimento de 12,4% na comparação com 2012. A variação tem como principal fator o aumento na quantidade de usinas em operação, como o Parque Eólico de Barra dos Coqueiros e o Complexo Eólico da Bahia que entraram em operação comercial no 2S12 e juntos contribuíram para o aumento de R\$ 2,7 milhões com encargos de conexão e transmissão.

O aumento dos gastos com encargos setoriais foi parcialmente compensado pela desoneração provocada pela medida provisória 579, reduzindo em cerca de R\$ 1 milhão os encargos com taxas de uso do sistema de distribuição e transmissão.

Outros custos de fornecimento de energia elétrica

Em 2013, outros custos de fornecimento de energia elétrica totalizou R\$ 9,8 milhões, apresentando aumento de R\$ 1,2 milhão, incremento 13,8% na comparação com 2012, quando atingiu R\$ 8,7 milhões. O aumento tem como principais fatores (i) o reconhecimento de aporte de garantias e liquidação financeira das operações da Enercasa no âmbito da CCEE, no valor de R\$ 1,2 milhão e (ii) o início da cobrança pelo serviço de O&M prestado às usinas do Complexo Eólico da Bahia, a partir de julho de 2013, contribuindo para o aumento de R\$ 1,2 milhão.

Em contra partida ao aumento dos outros custos de fornecimento de energia elétrica ocorreram reduções na contratação de serviços de terceiros, em 2013, na comparação com o ano anterior.

Custo com compra de energia elétrica

O custo com compra de energia elétrica em 2013 é relativa à compra de energia da PCH Moinho. Já em 2012, o valor de R\$ 6,2 milhões é referente à compra de energia da UTE Enercasa. Em ambos os casos o objetivo foi o de atender os compromissos comerciais assumidos no Contrato de Compra e Venda de Energia, das subsidiárias.

Serviços de O&M

O custo dos serviços de O&M prestados em 2013 foi de R\$ 17,8 milhões, apresentando aumento de R\$ 3,6 milhões, incremento 25,8% em comparação com 2012, quando atingiu R\$ 14,1 milhões. Esta variação decorreu principalmente do aumento da estrutura para fazer frente ao aumento da receita de novos contratos. Também contribuiu, a reclassificação contábil de despesas operacionais para custos operacionais relativos ao Centro de Operação Remoto, relacionado à prestação de serviços de O&M da subsidiária ENEX, adicionalmente ao reconhecimento de férias retroativas e encargos com desligamento de funcionários.

Outros serviços



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

O custo dos outros serviços em 2013 foi de R\$ 436 mil, apresentando aumento de 307,5% em comparação com 2012, quando atingiu R\$ 107 mil. O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos.

Despesas (Receitas) Operacionais

Em 2013, as despesas operacionais atingiram R\$ 39,7 milhões, apresentando redução de R\$ 11,1 milhões, equivalente 21,9% em comparação com o mesmo período de 2012, quando atingiram R\$ 50,9 milhões.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
Despesas (Receitas) Totais	50.887	39.743	-21,9
- Gerais e Administrativas totais	51.558	42.506	-17,6
- Gerais e administrativas	32.106	37.667	17,3
- Honorários da administração	4.639	5.081	9,5
- Com estudos em desenvolvimento	3.793	2.211	-41,7
- Penalidade por inadimplência CCEE	11.020	(2.453)	-122,3
- Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(513)	(2.763)	438,6
- Participação nos lucros de controladas	(158)	-	-100,0

Despesas gerais e administrativas

Em 2013, despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 37,7 milhões, apresentando aumento de R\$ 5,6 milhões, incremento de 17,3% em comparação com 2012, quando atingiram R\$ 32,1 milhões. O crescimento é fator (i) da constituição de provisão para indenizações trabalhistas, no valor de R\$ 1,6 milhão, tendo em vista a estruturação organizacional ocorrida no final de 2013, (ii) início da operação comercial, ao longo do 2S12, do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros e do Complexo Eólico da Bahia contribuindo com aumento de R\$ 1,7 milhão e de R\$ 2,5 milhões, respectivamente.

Por outro lado, contribuiu para a mitigação do aumento das despesas gerais e administrativas reclassificação contábil de despesas operacionais para custos operacionais relativos ao Centro de Operação Remoto, relacionado diretamente à prestação de serviços de O&M da subsidiária ENEX.

Honorários da administração

Em 2013, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 5,1 milhões, apresentando aumento de R\$ 442 mil, incremento de 9,5% em comparação com 2012, quando atingiram R\$ 4,6 milhões. O crescimento é fator (i) da correção salarial ocorrido durante 2013 conforme deliberado pela AGO/E de 25 de abril de 2013, (ii) no mês de fevereiro de 2013 ocorreram duas remunerações ao cargo de Diretor Presidente, período de transição da Presidência da Companhia, e (iii) remuneração do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores cuja função foi exercida pelo Diretor Presidente da Companhia durante o primeiro semestre de 2012, de forma cumulativa e não remunerada, enquanto o indicado ao cargo providenciava os documentos necessários para sua residência permanente no Brasil, uma vez que sua origem é norueguesa, conforme AGE de 08 de março de 2012.

Com estudos em desenvolvimento

As despesas contemplam investimentos na manutenção e desenvolvimento da nossa carteira de projetos. A redução das despesas com estudos em desenvolvimento reflete o atual período de estudo de repriorização dos projetos em desenvolvimento.

Penalidade por inadimplência CCEE

Os gastos com penalidades por inadimplemento CCEE constituem em sua maioria provisões pela situação da subsidiária UTE Enercasa, englobando reversão de provisão no valor de R\$7,7 milhões e constituição de provisão no valor de R\$ 4,1 milhões.

Em 2013, o valor também contempla provisão, no valor de R\$ 1,2 milhão, do déficit de geração das subsidiárias Macaúbas e Barra dos Coqueiros.

Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas

A receita de R\$ 2,8 milhões apurada em 2013 é referente à baixa de provisão para contingência civil e baixa para provisão de impostos.

Resultado Financeiro

Em 2013, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 112,4 milhões, aumento de R\$ 30,5 milhões, incremento de 37,2% na comparação com 2012, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 82,0 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
Despesas financeiras	89.234	131.665	47,6
- Com financiamentos	53.050	66.786	25,9
- Cartas de fiança bancária	17.828	5.236	-70,6
- IOF e multa e juros sobre tributos	5.787	2.004	-65,4
- Variações monetárias e cambiais passivas	490	27.717	5556,5
- Concessões a pagar e outras despesas	10.179	8.893	-12,6
- Outras despesas financeiras	1.900	21.029	1006,8
Receitas financeiras	7.255	19.212	164,8
- Com aplicações financeiras	3.461	5.579	61,2
- Variações monetárias e cambiais ativas	3.794	13.633	259,3
Resultado Financeiro	81.979	112.453	37,2

Despesas financeiras

Em 2013, as despesas financeiras atingiram R\$ 131,7 milhões, apresentando aumento de R\$ 42,4 milhões, incremento 47,6% na comparação com 2012, quando atingiram R\$ 89,2 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (i) do aumento de 25,9% das despesas financeiras com financiamentos, que passaram de R\$ 53,0 milhões 2012 para R\$ 66,8 milhões em 2013, em consequência (a) dos juros incorridos sobre o empréstimo do CDB tomados pela subsidiária Energen, cuja liberação ocorreu em dezembro de 2012, contribuindo com R\$ 6,2 milhões, (b) dos juros incorridos sobre o empréstimo do BNB tomado pelas Usinas do Complexo Eólico da Bahia, e que entraram em operação em julho de 2012, no valor de R\$ 8,1 milhões e (c) do aumento das despesas com empréstimos da Desenvix Holding no valor de R\$ 4,9 milhões. O aumento das despesas financeiras com financiamentos foi parcialmente compensado (d) pela redução de R\$ 5,4 milhões no valor dos juros amortizados dos empréstimos firmados com o BNDES, das controladas em operação, PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa, PCH Moinho, UHE Monjolinho e UTE Enercasa, em função da redução da TJLP, além dos juros pagos serem decrescentes; (ii) do aumento da variação cambial passiva no valor de R\$ 27,7 milhões da subsidiária Energen, referente ao empréstimo tomado em dólar junto ao CDB, conforme descrito no item 9-C acima; (iii) do aumento de outras despesas financeiras em função (a) da constituição de provisão para ativo não recuperável, no valor de R\$ 15,7 milhões, referente ao saldo do contrato de mútuo com a PauD'algo, conforme comentado no item 9-D, (b) da baixa de R\$ 1,6 milhão com gastos de estruturação da companhia para abertura de capital, anteriormente contabilizados como recebíveis de acionistas e (c) da apuração de Imposto de Renda sobre remessa ao exterior, incidente sobre o juros amortizado ao CDB pela subsidiária Energen, no valor de R\$ 1 milhão.

Por outro lado, contribuiu para a redução das despesas financeiras, de 2013, (i) a queda das despesas com IOF, tendo em vista a redução das captações de recursos ao longo do período, (ii) a redução das despesas com fiança bancária, tendo em vista a retirada das fianças da UHE Monjolinho, ocorrido a partir de outubro de 2012, além do reconhecimento, em setembro de 2012, das garantias corporativas retroativas devidas ao Controlador Grupo Engevix e (iii) a redução das concessões a pagar, relativas principalmente à UBP da UHE Monjolinho.



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Receitas financeiras

Em 2013, as receitas financeiras atingiram R\$ 19,2 milhões, apresentando de aumento de R\$ 12,0 milhões, incremento de 164,8% em comparação com 2012, quando atingiram R\$ 7,3 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (i) do aumento das variações cambiais ativas no valor de R\$ 12,5 milhões da subsidiária Energen, referente ao empréstimo em dólar tomado junto ao CDB, conforme descrito no item 9-C acima e (ii) do aumento da receitas com aplicações financeiras, em função do maior saldo de aplicações financeiras.

Resultado de Participações Societárias

Em 2013, o resultado de participações societárias positivo em R\$ 3,0 milhões, em comparação com um resultado também positivo de R\$ 4,8 milhões apurado em 2012.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Resultado de participações societárias (R\$ mil)	2012	2013	Var % 2012 x 2013
- Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	4.867	1.307	-73,1
- Dividendos recebidos	1.074	2.859	166,2
- Amortização de ágio	(1.150)	(1.150)	-
Resultado de participações	4.791	3.016	-37,0

Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto

O resultado da participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto de 2013 é composto (i) pelo resultado positivo da subsidiária Goiás Transmissão S.A. (25,5%), no valor de R\$ 1,6 milhão, (ii) pelo resultado negativo da subsidiária MGE Transmissão S.A. (25,5%), no valor de R\$ 1,2 milhão e (iii) pelo resultado positivo da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), no valor de R\$ 928 mil.

Dividendos recebidos

Em 2013 a Companhia recebeu dividendos referentes à sua participação societária minoritária mantida no Complexo Energético Rio das Antas (5%) no valor de R\$ 1,9 milhão bem como dividendos referentes à sua participação societária minoritária mantida na Dona Francisca (2,12%) no valor de R\$ 969 mil.

Amortização de ágio

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Amortização do ágio sobre a valorização da ENEX, em função da operação de aquisição de participação ocorrida em setembro de 2011, onde a Desenvix adquiriu os 50% restantes dessa Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex, Monjolinho, Enercasa, Usinas do Complexo Eólico da Bahia e Energen optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2013, imposto de renda e contribuição social contribuíram favoravelmente para o resultado em R\$ 9,0 milhões, fruto principalmente da constituição de provisão de IR Diferido sobre prejuízos acumulados parcial no valor de R\$ 8,6 milhões da subsidiária Energen, R\$ 2,8 milhões das subsidiárias que constituem o Complexo Eólico da Bahia, e de R\$ 2,7 milhões da subsidiária Monel. Também contribuiu a reversão de provisão para IR Diferido da Desenvix Controladora, no valor de R\$ 3,9 milhões, calculado sobre a variação dos investimentos em entidades não controladas ao valor justo. Para o mesmo período de 2012, imposto de renda e contribuição social contribuíram negativamente para o resultado em R\$ 4,8 milhões.

Participação de Não Controladores

Em 2013, a participação de não controladores foi de R\$ (836) mil, contra R\$ 376 mil em 2012, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A..

Lucro (Prejuízo) Líquido do Período

Em 2013, foi registrado prejuízo de R\$ 32,5 milhões, contra prejuízo de R\$ 31,6 milhões em 2012, em linha com os efeitos mencionados anteriormente.

10.2 Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O Brasil vem se destacando como economia emergente, mostrando situação política estável e com contínuos investimentos em infraestrutura. Mais especificamente, o consumo de energia elétrica vem crescendo a expressivas taxas ao longo das últimas décadas, não só em função da expansão do setor industrial, mas também pela liberação da demanda reprimida de consumidores, favorecendo diretamente o nosso desempenho.

Nossa receita é composta preponderantemente pela venda da energia elétrica gerada por meio de nossos empreendimentos em operação. A previsibilidade da receita é assegurada por meio dos contratos de longo prazo firmados em ambiente regulado, protegendo nossos resultados das oscilações do mercado de curto prazo.

Além da venda de energia, nossa receita é complementada por serviços prestados de manutenção e operação de usinas de geração de energia por meio de nossa controlada Enx. Este componente de nossa receita também está positivamente relacionado com o crescimento da demanda por energia no país.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- **GSF/MRE - *Generation Scalling Factor***

O Brasil passa por um período hidrológico muito crítico, que levou os reservatórios a níveis de armazenamento historicamente muito baixos, resultando na redução da participação das usinas hidrelétricas no atendimento da demanda, e consequentemente aumentando o uso de termelétricas e o preço da energia, refletido no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

No âmbito comercial, o gerador hidrelétrico é penalizado, pois quando a geração hidrelétrica verificada é inferior à garantia física sazonalizada do sistema, o lastro comercial dos agentes é reduzido na proporção do déficit, por meio do fator de ajuste chamado GSF (*Generation Scalling Factor*), podendo expor o agente de geração ao mercado de curto prazo, onde este deverá adquirir energia a preços geralmente maiores que o de seus contratos, uma vez que o PLD refletirá o custo de operação de termelétricas no atendimento do sistema.

Como consequência, em 2014, o valor de perda com GSF (físico dos meses de 2014) foi de R\$ 40,5 milhões (sem Passos Maia 50%, R\$1,3MM), sendo que R\$ 13 milhões afetaram o

caixa em 2014 e a diferença, R\$ 27,8 milhões, serão pagos em 2015 em parcelas mensais, por estarem vinculados as usinas do Pro-Infra.

Destaca-se que a liquidação financeira se dá dois meses após o físico para as usinas Monjolinho, Moinho e Passos Maia, enquanto que para as usinas do Proinfra, Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa, a liquidação financeira se dá no exercício seguinte dividido em 12 parcelas.

Devido a defasagem de tempo para mensuração precisa dos valores dos efeitos do GSF/MRE e a não materialidade, a Companhia adotou até 2013 metodologia de contabilização dos efeitos desta natureza por caixa, e adicionalmente efetuou acompanhamento da evolução dos efeitos positivos e negativos do sistema do MRE. Devido aos eventos ocorridos em 2014, tais valores passaram a ter materialidade e conservadoramente adotou-se a contabilização por competência, em benefício também das melhores práticas contábeis do IFRS. Dessa forma, em dezembro de 2014 a Administração passou a reconhecer os valores apurados fisicamente (fato gerador) reconhecendo-os mensalmente em seu balanço.

• **Resultado Enercasa**

A Enercasa é uma planta de co-geração de energia elétrica com 33 MW de potência instalada, que entrou em operação em outubro de 2011 e dependia do fornecimento de vapor produzido pela queima da biomassa do bagaço de cana de açúcar, fornecido pela industrial da Usina Pau D'Alho, localizada em Ibirarema, no Estado de São Paulo, com a qual estabeleceu um acordo comercial.

Por conta da grave crise financeira vivenciada pelo setor sucroalcooleiro brasileiro, a Usina Pau D'Alho passou a ter dificuldades financeiras, agravadas pela perda de produtividade agrícola e por eventos climatológicos. A Usina Pau D'Alho paralisou a operação em dezembro/2012 e está em processo de Recuperação Judicial.

Em consequência deste fato, a produção de energia da Enercasa em 2012 ficou bem abaixo do montante contratado e encontra-se hibernada desde 2013, com a devida manutenção visando a conservação dos equipamentos.

Em setembro de 2013, o BNDES autorizou o reescalonamento da dívida da Enercasa através da suspensão da amortização do principal, preservando-se o pagamento de juros, pelo período de 2 anos, a partir de outubro de 2013.

A empresa vem reconhecendo em seu balanço as penalidades decorrentes da não entrega de energia que ao final de 2014 totalizaram R\$12 milhões, limitadas a 15% da receita do contrato, em linha com o Despacho nº 4.266 da ANEEL que revisou as penalidades previstas originalmente.

A empresa também pleiteou o não pagamento das multas provisionadas em seu balanço e tendo em vista o indeferimento da ANEEL ao pedido de mérito de força maior, conforme despacho nº1.717 de 3 de junho de 2014, a ENERCASA ajuizou ação que tem por objeto o reconhecimento da ocorrência de evento de força maior e caso fortuito no âmbito do contrato de energia de reserva – CER. Foi concedida liminar no dia 21.07.2014 a favor da Enercasa, suspendendo dessa forma o pagamento das penalidades até o julgamento do mérito.

Em 28.11.2014 ocorreu uma assembleia de credores aprovando-se a prorrogação da suspensão até 08.05.2015 para apresentação de propostas de planos alternativos de recuperação judicial.

A Companhia continua envidando esforços para buscar alternativas para a retomada do projeto.

- **Constituição de provisão para ressarcimento / recebimento CCEE**

A partir de dezembro de 2013, conforme disposição do CPC 30, a Administração passou a apurar a receita de seus empreendimentos eólicos com base na geração realizada do período.

No caso de déficit ou superávit de geração frente ao montante comercializado, constitui-se provisão no resultado da subsidiária, reconhecendo, em contrapartida, o direito ou obrigação em seu Balanço Patrimonial.

O estoque de recebíveis ou obrigações do Balanço Patrimonial sofre atualização mensal, conforma variação do indexador de inflação que corrige o contrato comercial junta à CCEE, afetando o resultado financeiro das subsidiárias.

A regra estabelecida pelo contrato comercial junto a CCEE é que a geração excedente até 130% será acumulada para recebimento ao final do ciclo de 4 anos. Já a geração acima de 130%, confirmada no intervalo anual do ciclo de medição, é recebida em 12 parcelas mensais no intervalo anual subsequente. Fato esse ocorrido no segundo ciclo de medição para o caso da Novo Horizonte, que já está realizando o recebimento de R\$ 3,4 milhões desde setembro de 2014 em 12 parcelas.

Como consequência, ao longo de 2014 constituiu-se provisão de recebimento de R\$ 13,4 milhões, dos quais R\$ 14,4 milhões afetaram o faturamento, já líquido dos impostos, R\$ 656 mil o resultado financeiro, pela correção do saldo dos recebíveis, R\$ (904) mil as despesas operacionais como provisão para penalidade 15% sobre energia não entregue e R\$ (718) mil como provisão de IR e CSLL. A composição por subsidiária da provisão realizada ao longo de 2014 ficou assim distribuída: Novo Horizonte R\$ 7,3 milhões, Seabra R\$ 6,4 milhões, Macaúbas R\$ 4,9 milhões e Energen R\$ (5,1) milhões.

Com relação à posição patrimonial, o saldo em 31 de dezembro de 2014 totalizava R\$18,3 milhões e estava assim constituído: Novo Horizonte R\$ 10,8 milhões, Seabra R\$ 8,6 milhões, Macaúbas R\$ 4,2 milhões e Energen R\$ (5,3) milhões.

- **Variação cambial de empréstimo bancário**

A subsidiária Energen Energias Renováveis S.A. celebrou em 10 de setembro de 2012 contrato de financiamento de longo prazo com o China Development Bank, destinado à implantação do Parque Eólico de Barra dos Coqueiros. O financiamento foi celebrado em dólar e no dia 28 de dezembro de 2012 ocorreu a liberação do financiamento no valor de US\$ 50.000 mil, com amortização em 29 parcelas semestrais e consecutivas, com juros equivalentes à LIBOR (US\$ - 6 meses) acrescidos de 5,10% ao ano, tendo o primeiro evento de liquidação ocorrido no mês de junho de 2013.

Em 2014, a Energen contabilizou em seu balanço variação cambial negativa de R\$ 13,2 milhões, sendo variação cambial ativa de R\$ 12,1 milhões e variação cambial passiva de R\$ 25,3 milhões.

Visando a proteção do fluxo de caixa em reais, face a volatilidade cambial, em 15 de agosto de 2014 a Companhia celebrou operação na modalidade NDF (Non Deliverable Forward), com vencimento em 23 de dezembro de 2014, com strike de compra fixado a US\$ 2,3470 no valor nacional de US\$ 2,9 milhões, vinculado a parcela vincenda do empréstimo do CDB.

- **Garantia Corporativa**

Conforme deliberação do Conselho de Administração, reunido no dia 27 de junho de 2012, ficou autorizado o pagamento para o controlador Jackson/Engevix de taxa pelas fianças e garantias prestadas. Pela proposta será cobrado 1,0% ao ano para fiança bancária e 0,5% para seguro garantia prestado, a ser pago no final de cada ano fiscal.

Como resultado foram apurados R\$ 12,9 milhões com fiança para garantia corporativa prestada pelo controlador Jackson/Engevix, referente ao período de janeiro 2011 até dezembro de 2012.

A Administração trabalha para reduzir a necessidade de garantias prestadas por seus controladores, visando cada vez mais a prestação de garantias pela Desenvix Holding.

- **Baixa de ativo não recuperável**

Em dezembro de 2013 a Administração procedeu a baixa no resultado de R\$ 15,7 milhões referente ao saldo do contrato de mútuo com a PauD'alto, tendo em vista o processo de recuperação judicial na qual a usina está inserida.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossa receita decorre preponderantemente da venda de energia negociada por meio de CCVE no ACR. Tais contratos são corrigidos pelo IPCA ou pelo IGP-M. Eventual variação nestes índices podem em tese afetar nossas receitas.

Até o presente momento não identificamos nenhuma variação relevante em nossas receitas que possam ser atribuídas a variações de preço ou inflação. Ainda, não introduzimos nenhum novo produto ou serviço e nem tampouco estamos expostos a variações nas taxas de câmbio.

Acreditamos que nossa receita com serviços de O&M crescerá provocada principalmente pela aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, a receita gerada pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir do dia 1^a de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% da receita líquida gerada pela ENEX. Também acreditamos no crescimento operacional da ENEX, com a conquista de novos clientes à sua base de serviços.

Conforme comentado no item 10.2.a).ii) nossa receita foi fortemente afetada pelo efeito do GSF ao longo do ano de 2014.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No caso de nossos Empreendimentos em Operação, o aumento da inflação acarreta em um aumento nas receitas derivado da correção de nossos CCVEs e, ao mesmo tempo, um aumento de nossos custos derivado da correção do preço a eles atribuído.

No caso de nossos Empreendimentos em Construção, referidos contratos são corrigidos por índices básicos de medida de inflação (IPCA, IGP-M, índices de correção de matéria prima e mão de obra, etc). Por sua vez, os desembolsos de nossos financiamentos são corrigidos por URTJLP, que tradicionalmente se mostra bastante inferior aos índices básicos utilizados para correção dos contratos de EPC. Por essa razão, um aumento na inflação pode provocar um descolamento entre os desembolsos a nós devidos por força de nossos financiamentos e os saldos a pagar referentes ao EPCs de nossos Empreendimentos em Construção.

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo Desenvix possuía passivo denominado em moeda estrangeira, referente ao endividamento tomado pela subsidiária Energen Energias Renováveis S.A., existindo, assim, exposição a esse risco.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A partir de dezembro de 2013 passamos a operar a Linha de Transmissão Goiás Transmissão S.A. e a partir de agosto de 2014 passamos a operar a MGE Transmissão S.A. as quais temos uma participação de 25,5%. As LTs representam um segmento operacional distinto daqueles que operamos atualmente, entretanto, em função da nossa participação o resultado é contabilizado por equivalência patrimonial no resultado consolidado da Companhia, razão pela qual nossas demonstrações financeiras não reconhecem este novo segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

- **ENEX** - No início de setembro de 2011 a Desenvix adquiriu o controle integral da ENEX. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, o resultado gerado pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% do resultado gerado pela ENEX.
- **Energen Energias Renováveis S.A.** - Em 21 de janeiro de 2011 a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério de Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barras dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe. Após a celebração do contrato, a Companhia passou a deter 88,33% das ações da Energen, sendo o restante pertencente à acionista Água Quente Participações Ltda.. Em 10 de maio de 2011, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa no 2.880/2011, anuiu a transferência do controle da Energen Energias Renováveis S.A. Considerando o estágio atual do projeto e que, sob a ótica contábil, o projeto não constituiu um negócio, a transação foi tratada como aquisição de ativos e passivos.

No dia 21 de agosto de 2012 a Desenvix aumentou sua participação no capital da Energen Energias Renováveis S.A. em 6,67%, passando de 88,33% para 95%. As ações foram adquiridas da Água Quente Participações Ltda. pelo valor de R\$ 1.100.

- **Usina Hidrelétrica de São Roque** - No dia 20 de dezembro de 2011 durante leilão de energia promovido pela ANEEL e ocorrido na sede da CCEE, em São Paulo, a

Companhia arrematou a concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica de São Roque, localizada no rio Canoas, Estado de Santa Catarina. O empreendimento terá potência instalada de 135 MW e garantia física de 90,90 MW médios. No dia 18 de outubro de 2012 a Administração da Companhia protocolou junto a ANEEL pedido de anuência para a transferência societária da sua subsidiária integral, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix, controlado pelo FIP FIC Jackson, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda, que por sua vez é controladora da Desenvix com 40,65%.

No dia 14 de janeiro de 2013, a ANEEL, através da 1ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2013 aprovou a transferência societária da subsidiária integral da Desenvix, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix.

- **Statkraft Investimentos Ltda (anterior SN Power)** - No dia 12 de agosto de 2011, nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statekraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes. No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a SN Power passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Desenvix. Com a finalização da operação de Compra e Venda a Companhia passou a ser controlada pela: Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 40,65% do capital social total e votante, SN Power com 40,65% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economizários Federais com 18,70% do capital social total e votante.

Em razão de alteração no controle acionário do Grupo SN POWER (Joint-Venture das empresas norueguesas Statkraft AS e Norfund AS), ocorrida no mês de junho de 2014, a partir de 18 de junho de 2014, a SN Power Brasil Investimentos Ltda. alterou sua denominação social para Statkraft Investimentos Ltda., mantendo os mesmos números do CNPJ e Municipal.

Em dezembro de 2014 a Statkraft Investimentos Ltda aumentou sua participação no capital da Desenvix adquirindo ações do FIP Cevix, que passou a apresentar a seguinte posição acionária Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 36,84% do capital social total e votante, Statkraft Investimentos Ltda com 44,47% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economizários Federais com 18,7% do capital social total e votante.

- **Norte Energia S.A** - Em 22 de outubro de 2010, foi firmado o Contrato de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com o Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix para aquisição de 9.000.500 ações ordinárias de emissão da Norte Energia S.A., equivalentes a 5% de seu capital votante e total. O referido contrato

contém cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL, assim como no caso da Norte Energia S.A., da aprovação, se necessária, do BNDES e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Na hipótese da ANEEL, ou quando aplicável e requerido, o BNDES e/ou CADE, negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos. As solicitações de transferência das participações societárias já foram encaminhadas para a ANEEL, ainda pendentes de sua aprovação final.

A Companhia, por força do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças firmado com a SN Power, não irá mais participar no referido empreendimento.

- **Fundo de Investimentos e Participações em infraestrutura Energias Renováveis -** Por força do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças firmado com a SN Power, em 18 e fevereiro de 2014, a Desenvix vendeu sua participação no Fundo de Investimentos e Participações em infraestrutura Energias Renováveis, denominado simplesmente "FIP IE ER", no qual detia participação de 6,25%.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia constituiu a Cevix Energias Renováveis S.A. ("Cevix") mediante aporte de capital com as participações societárias mantidas nas seguintes empresas controladas: Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A., avaliadas a valor contábil. Posteriormente, a Companhia celebrou associação com a Fundação dos Economistas Federais ("FUNCEF") visando alavancar recursos para suas atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Tal associação resultou na constituição da Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix ("Fundo Caixa FIP Cevix"), onde a Companhia e a FUNCEF integralizaram suas quotas com a participação societária mantida na Cevix e em dinheiro, respectivamente.

Consoante o Instrumento Particular de Acordo de Quotistas e o Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização do Fundo Caixa FIP Cevix, a FUNCEF subscreveu quotas correspondentes a 25% do patrimônio líquido do Fundo, pelo montante de R\$ 260.670, tendo assumido em caráter irrevogável e irretratável o compromisso de integralizar as referidas quotas em datas estabelecidas pelo administrador, tendo integralizado o montante de R\$ 75.000, correspondente à 8,75% das quotas subscritas, até 31 de dezembro de 2009. Em 26 de março de 2010, foi realizada chamada para integralização de quotas, no montante de R\$ 48.006, integralizadas da seguinte forma: (i) R\$ 24.003 em 9 de abril de 2010; (ii) R\$ 9.502 em 10 de maio de 2010; e (iii) R\$ 14.501 em 9 de junho de 2010; em decorrência, a FUNCEF passou a deter 13,57% das quotas do Fundo. Como mencionado no item (c)(iv) adiante em

31 de julho de 2010, o investimento mantido no referido Fundo foi transferido para Jackson Empreendimentos Ltda., através de cisão do patrimônio líquido do Companhia.

Em 23 de julho de 2010, a FUNCEF foi chamada para integralizar a parcela remanescente das quotas subscritas do patrimônio líquido do Fundo Caixa FIP Cevix, no montante de R\$ 137.664, integralizadas em 2 de agosto de 2010, acrescida da taxa de ingresso, no montante de R\$ 9.236 (corresponde à atualização monetária da parcela a ser integralizada entre a data da subscrição e a data da integralização), perfazendo o montante total de R\$ 146.900, montante esse utilizado pelo Fundo para aumento do capital social na Cevix Energias Renováveis S.A.

Em 12 de agosto de 2011, os principais acionistas da Companhia, Jackson Empreendimentos Ltda. e FUNCEF, celebraram um Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda") com a SN Power, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power. A Companhia foi avaliada pela SN Power e negociada pelo valor de R\$ 1.613 milhões (pré-money) (data-base agosto de 2011). O valor a ser desembolsado pela SN Power será de R\$ 725 milhões (data-base março de 2012), sendo R\$ 120 milhões a serem aportados no capital, por meio da aquisição de novas ações a serem emitidas pela Companhia (operação primária) e R\$ 605 milhões a serem adquiridos junto à Jackson e FUNCEF (operação secundária). A parcela de R\$ 120 milhões, relativa à operação primária, foi adiantada à Companhia em 12 de setembro de 2011, por meio de um contrato de empréstimo em moeda nacional, sobre o qual incidirão juros equivalentes à taxa SELIC mais margem somente em caso de não fechamento do negócio. Assim que as condições precedentes ao fechamento de negócio forem realizadas, este empréstimo será convertido em aporte primário de capital. Em 31 de dezembro de 2011, o referido empréstimo foi classificado contabilmente como instrumento de dívida em virtude das condicionantes para conversão deste empréstimo em capital social estarem vinculadas à obtenção de aprovação da operação perante terceiros. A parcela de R\$ 605 milhões relativa à operação secundária também está condicionada à realização de diversas condições precedentes ao fechamento do negócio, dentre as quais se destacam as seguintes: (i) aprovação da operação por parte da ANEEL, BNDES, BNB e outros credores - a referida operação deverá ser submetida e aprovada por estes órgãos; (ii) as participações na BBE e Baixo Iguaçu deverão ser transferidas para outras pessoas nos termos definidos pela SN Power; (iii) o contrato de empréstimo citado anteriormente, no valor de R\$ 120 milhões, não poderá ter sido declarado vencido antecipadamente pela SN Power, de acordo com seus termos; (iv) a Companhia deverá apresentar documento de renúncia do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão em relação ao investimento ou o exercício do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão, salvo se as partes decidirem, em comum acordo, pela alienação na participação da Companhia em tais empresas até a data do fechamento; e (v) aquisição da participação societária da Enex, de forma que esta empresa passasse a ser controlada integralmente pela Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de março de 2012, foram aprovados os seguintes assuntos: (i) o aumento de capital social da Companhia, através da emissão de 7.439.555 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela SN Power com o adiantamento concedido anteriormente, no montante de

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

R\$ 120 milhões: (ii) alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia; (iii) alteração da composição do Conselho Fiscal da Companhia; (iv) aprovação da estrutura, composição e atribuições dos Comitês de Assessoramento da Companhia; e (v) aprovação do novo Estatuto Social da Companhia. Nos termos desta aprovação ficou alterada a redação do artigo 5o do Estatuto Social da Companhia que passou a ter a seguinte redação: "O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 666.787, dividido em 107.439.555 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal".

Na mesma data, os integrantes do novo bloco de controle da Companhia (Jackson e SN Power) celebraram um acordo de acionistas, regulando o seu relacionamento na qualidade de acionistas e controladores da Companhia. A Jackson passa a deter o controle indireto da Companhia através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, enquanto que SN Power e FUNCEF detêm o controle direto da Companhia. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson - 40,65%; SN Power - 40,65% e FUNCEF - 18,70%.

Em dezembro de 2014 a Statkraft Investimentos Ltda aumentou sua participação no capital da Desenvix adquirindo ações do FIP Cevix, que passou a apresentar a seguinte posição acionária Jackson Empreendimentos Ltda, empresa holding do Grupo Engevix, de forma indireta pelo FIP Cevix, com 36,84% do capital social total e votante, Statkraft Investimentos Ltda com 44,47% do capital social total e votante, e FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais com 18,7% do capital social total e votante.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil - Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638, alterada pela Medida Provisória n.º 449, de 4 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das S.A. Estes diplomas normativos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB. No contexto do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais de contabilidade, desde 2008, o CPC emitiu diversos pronunciamentos contábeis que foram aplicados nas nossas demonstrações financeiras dos exercícios.

Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 01 de janeiro de 2014 não são relevantes para o Grupo.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias quando da apresentação das demonstrações financeiras para o período a findar a partir de em 31 de dezembro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que impactaram nossas demonstrações financeiras.

Uso do bem público

A controlada Monel, quando da assinatura do Contrato de Concessão, assumiu perante a União obrigação relativa à outorga da concessão, a título de "Uso do Bem Público", sendo a referida obrigação atualizada anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Até 31 de dezembro de 2009, a controlada registrava as despesas de outorga na demonstração do resultado conforme vencimento contratual. De acordo com as novas práticas, a obrigação pelo uso do bem público, descontada a valor presente de acordo com as taxas de captação da controlada, foi reconhecida na data de assinatura do contrato como contas a pagar e tendo como contrapartida um ativo intangível relacionado ao direito de explorar a concessão.

Depreciação pelo prazo de concessão

O contrato de concessão da controlada Monel e as autorizações concedidas às controladas estão sob a égide do Decreto nº 2003 de 1996. Em função de todas as discussões jurídicas e possíveis conflitos existentes entre (i) a redação da Lei de Concessões; (ii) interpretações do próprio decreto; e (iii) a forma como os contratos de concessão ou das autorizações foram redigidos, a Companhia conservadoramente procedeu aos ajustes nas respectivas taxas de depreciação de modo que o ativo imobilizado relacionado ao projeto básico seja depreciado pela vida útil dos bens, limitada ao prazo de vencimento da concessão ou da autorização, à partir de 1º de janeiro de 2010.

Provisão para custos socioambientais

Os custos socioambientais são registrados no custo do imobilizado no momento que a obrigação surge, conforme definição do CPC 25, "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes".

Considerando que, até a entrada em operação comercial da UHE e das PCHs, o Grupo obtém todas as licenças ambientais de instalação e operação e, conseqüentemente, tem uma

obrigação presente de cumprir as obrigações nela constantes para poder operar, que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina) e que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisionou todos os custos socioambientais nos passivos circulante e não circulante e incorporou tal custo no ativo imobilizado nos momentos que as usinas foram concluídas.

Resultado

Foram registrados impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (ii) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (iv) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Resultados acumulados

Exceto pelas reclassificações, todos os ajustes descritos acima foram registrados em contrapartida dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2009.

Lucro por ação

De acordo com a norma brasileira, o lucro líquido (prejuízo) por ação era apenas apresentado nas demonstrações financeiras da controladora e não era apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas. O lucro líquido (prejuízo) por ação é calculado com base no número de ações em circulação no final do exercício.

De acordo com os IFRS/CPCs, o lucro por ação passou a ser apresentado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria. O resultado por ação diluído também passou a ser apresentado, levando em consideração o efeito potencial decorrente de opções de ações que podem diluir o resultado pelo aumento da quantidade de ações.

Reclassificações

De acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes anteriormente, a participação de não controladoras era apresentada em rubrica específica no balanço patrimonial, fora do patrimônio líquido. De acordo com a nova norma, as participações de não controladores são apresentadas no balanço patrimonial, no patrimônio líquido.

Consolidação

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Com relação ao IFRS 10 e IFRS 11, informamos que nossa subsidiária Passos Maia Energética S.A. consolidada pelo método proporcional em 2012, passou a ser consolidada, a partir de 1º de janeiro de 2013, por equivalência patrimonial. Como consequência, durante as Informações Trimestrais de 2013, bem como na Demonstração Financeira Padronizada anual apresentaremos as informações consolidadas relativas ao exercício de 2012 reclassificadas, resultando em menores receitas e despesas, porém sem afetar o resultado consolidado final da Companhia.

O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Os seguintes pronunciamentos foram adotados pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e tiveram impactos materiais para o Grupo.

(i) CPC 19 (R2)/IFRS 11 - "Negócios em Conjunto" foca nos direitos e nas obrigações das partes em conjunto ao invés do formato legal. Existem dois tipos de negócios em conjunto: operações em conjunto (joint operations) e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Operações em conjunto surgem onde os investidores têm direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. O operador em conjunto deve reconhecer seus ativos, passivos, receitas e despesas. Empreendimentos controlados em conjunto surgem quando os direitos são sobre os ativos líquidos do negócio e são reconhecidos com base no método de equivalência patrimonial. Consolidação proporcional não é mais permitida.

(ii) CPC 26 (R1)/IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

(iii) CPC 33 (R2)/IAS 19 - "Benefícios a Empregados". As seguintes mudanças ocorreram nas políticas contábeis do Grupo: o reconhecimento imediato dos custos de serviços passados, os quais são levados ao resultado do exercício independentemente de os benefícios terem sido

adquiridos pelo empregado ou não; mensuração dos custos/ganhos financeiros sobre os passivos/ativos do plano de benefício definido em base líquida. Não há impactos dessa mudança nas demonstrações financeiras do Grupo.

(iv) CPC 36 (R3)/IFRS 10 - "Demonstrações Consolidadas", baseia-se na identificação de controle como fator determinante para uma entidade ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora.

(v) CPC 40 (R1)/IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" - essa alteração inclui novos requisitos de divulgação sobre a compensação de ativos e passivos.

(vi) CPC 45/IFRS 12 - "Divulgações de Participações em Outras Entidades" incluem os requerimentos de divulgação para todas as formas de participações em outras entidades, inclusive operações em conjunto, coligadas, entidades estruturadas e outros tipos entidades-veículo não registradas no balanço.

(vii) CPC 46/IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo" tem por objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação.

As normas que tem impacto no Grupo são CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto e IFRS 10 e CPC 36 Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As características e essência econômica da participação da Companhia nos negócios da investida Passos Maia Energética S.A. caracterizam um empreendimento controlado em conjunto.

Em decorrência desta alteração a Companhia não reconheceu em suas demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 a sua participação na consolidação proporcional na investida reconhecendo o mesmo por equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro e 1 de janeiro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas conforme abaixo:



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Ativo	31 de dezembro de 2012			1 de janeiro de 2012		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Circulante	184.033	(3.680)	180.353	123.676	(2.855)	120.821
Não circulante	1.762.845	(47.242)	1.715.603	1.607.341	(40.317)	1.567.024
Total do ativo	1.946.878	(50.922)	1.895.956	1.731.017	(43.172)	1.687.845
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	310.083	(7.194)	302.889	381.493	(2.848)	378.645
Não circulante	949.330	(43.728)	905.602	751.388	(40.324)	711.064
Total do patrimônio líquido	687.465		687.465	598.136		598.136
Total do passivo e patrimônio líquido	1.946.878	(50.922)	1.895.956	1.731.017	(43.172)	1.687.845

Resultado

	31 de dezembro de 2012		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida operacional	198.227	(11.205)	187.022
Custo do serviço de energia elétrica	(90.989)	5.246	(85.743)
Despesas gerais e administrativas	(52.165)	607	(51.558)
Amortização ágio	(1.150)		(1.150)
Resultado financeiro	(85.214)	3.235	(81.979)
Participação no resultado de coligadas	4.952	1.586	6.538
Imposto de renda e contribuição social	(5.283)	457	(4.826)
Prejuízo do período	(31.622)		(31.622)
Atribuível a			
Acionistas da Companhia	(31.998)		(31.998)
Participação dos não controladores	376		376
Lucro básico por ação	(0,2735)		(0,2735)
Lucro diluído por ação	(0,2735)		(0,2735)

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o parecer dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase mencionando que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Desenvix Energias Renováveis S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A opinião dos auditores independentes não está ressalvada em função deste assunto.



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

10.5 Os diretores devem comentar Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que utilizemos estimativas e adotemos premissas que afetam os valores divulgados dos ativos e passivos, receitas e despesas e divulgações contábeis. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras referenciadas, utilizamos variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e diversos outros fatores que consideramos razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e premissas sejam revistas durante o curso normal dos nossos negócios, a apresentação da nossa posição financeira requer, com frequência, que avaliemos os efeitos de questões inerentemente incertas. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados usando variáveis, suposições ou condições diferentes. A Nota 2 das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2014 contém um resumo das principais políticas contábeis usadas na preparação das demonstrações financeiras. Para explicar como avaliamos eventos futuros, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, incluímos uma breve análise das nossas políticas de contabilidade mais importantes.

Estimativas de vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são:

%

	Taxa média ponderada
Usinas e outros	
Reservatório, barragens e adutoras	4,23
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,99
Máquinas e equipamentos	4,31
Móveis e utensílios	6,25
Equipamentos informática e outros	14,29
Sistemas de conexão	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,66
Máquinas e equipamentos	4,00

Reconhecimento e depreciação dos ativos imobilizado e intangível

Os ativos imobilizado e intangível são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou de formação sempre que há evidência de que os ativos gerarão benefícios econômicos futuros. Reconhecemos as despesas relativas à depreciação de nosso imobilizado e à amortização de nosso intangível pelo tempo que se estimativa durante o qual ocorra geração de benefícios econômicos em nosso favor. Estimativas e julgamentos são utilizados para avaliação da capacidade de geração de benefícios futuros dos ativos, assim como para determinação do período pelo qual os ativos trarão benefícios econômicos para nós. Caso sejamos requeridos a revisar as estimativas e premissas utilizadas na determinação da vida útil dos ativos, as despesas depreciação e amortização podem ser maiores e afetar nossos resultados futuros.

Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

Reconhecimento de receitas

a- Venda de energia elétrica

As receitas de venda de serviços e do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos venham a ser percebido pela Companhia, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a pagar a Companhia pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas

circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia.

O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas as usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela Eletrobrás, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

b-Contrato de Energia de Reserva – CER

As SPEs UEE Macaúbas, UEE Novo Horizonte e UEE Seabra firmaram em 9 de março de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato as SPEs acima mencionadas se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh (R\$ 183,63 em 31/12/2014) atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A SPE UEE Barra dos Coqueiros (Energen) firmou em 25 de novembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato as SPEs acima mencionadas se comprometem a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 149,99/MWh (R\$ 183,63 em 31/12/2014) atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

A SPE UEE Barra dos Coqueiros (Energen) firmou em 25 de novembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Pelo presente contrato, a Energen se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 152,50/MWh (R\$ 200,04 em 31/12/2014), atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

Para estes contratos é definido um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicado o ajuste, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá o equivalente a 70% do preço sobre o valor que

exceder aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for apurada.

c-Venda de serviços

A empresa Enex, controlada do Grupo, presta serviços de Operação e Manutenção (O&M) de usinas de geração de energia do Grupo e de terceiros.

Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido e no material utilizado ou, com base em contrato de preço fixo. A receita desta prestação de serviços é reconhecida na medida em que o serviço é prestado.

Os períodos dos contratos, geralmente, variam entre ano e até cinco anos

Gastos com desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais de aproveitamento hidrelétrico

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Por ocasião da aprovação pela ANEEL dos estudos para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios, quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, que poderá ser um terceiro ou parte relacionada, assim como, quando requerida, da obtenção da licença ambiental prévia, um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, uma vez que há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo, estarem classificadas como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP),

limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Os gastos com pesquisa, quando incorridos, são reconhecidos como despesas no resultado.

Provisões

As provisões para riscos e gastos específicos são reconhecidas quando:

- (i) Existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) Uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para reestruturação incluem pagamentos por rescisão de vínculos empregatícios. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. Quando existe um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de que seja necessário liquidá-las é determinada considerando-se a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação com relação a qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são apresentadas pelo valor presente dos desembolsos que podem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações do mercado atual do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento na provisão com o passar do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Acreditamos que o grau de eficiência dos controles internos adotados por nós para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é plenamente satisfatório. No que tange aos desembolsos para implantação das usinas e manutenção das mesmas (após a entrada em operação), principal item de nosso custo, os gestores mantêm estreito e contínuo acompanhamento físico e financeiro individualizado de cada projeto.

São relevantes ainda os custos de desenvolvimento dos nossos Projetos, que perfazem as modalidades de inventário e projeto básico. Este custo abrange estudos ambientais, de engenharia e investimentos em compra de terras.

A principal ferramenta de gestão é o sistema ERP da Oracle, sistema marcado pela rastreabilidade das informações, e responsável pela integração de todas as fases de uma usina, desde o seu desenvolvimento, passando pela implantação e posterior operação. Sem prejuízo deste investimento, continuamos atentos às novas tecnologias, e investimos em nossos controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes emitiram “Relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborados em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013”, no qual informam aos nossos diretores que foi efetuado estudo e avaliação dos sistemas contábil e de controles internos com o exclusivo propósito de estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria para fins de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras nessa data e não para fins de expressar uma opinião ou conclusão sobre os nossos sistemas contábil e de controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação foram feitas sugestões de aprimoramento dos controles internos pelos auditores independentes sendo 12 recomendações classificadas como outras deficiências.

Outras deficiências são aquelas que não são deficiências significativas, mas que são de importância suficiente para merecer a atenção da administração.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

- A Companhia realizou no mês de dezembro de 2012 a emissão de debêntures, conforme descrição abaixo:

Número da Emissão e Valor Total da Emissão: O valor total de Emissão foi de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), conforme a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400

Quantidade de Debêntures e Número de Séries: A Emissão foi realizada em série única, sendo emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.

Destinação dos Recursos: A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures foi destinada para propósitos corporativos gerais, incluindo reforço de capital de giro, pagamento de dívidas de curto prazo, como as Notas Promissórias Comerciais emitidas em 14 de junho de 2012, no montante total de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), e investimentos nas sociedades de propósito específico controladas pela Emissora (“SPEs”).

Espécie: As Debêntures foram da espécie quirografária com garantia adicional, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

- A Companhia realizou no mês de maio de 2014 a emissão de debêntures, conforme descrição abaixo:

Número da Emissão e Valor Total da Emissão: O valor total de Emissão foi de R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), conforme a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476

Quantidade de Debêntures e Número de Séries: A Emissão foi realizada em série única, sendo emitidas 45 (quarenta e cinco) Debêntures.

Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados à reforço de caixa da Companhia para atender aos negócios de suagem ordinária.

Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia fidejussória e com garantia adicional real sob condição suspensiva.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Nossos investimentos estão concentrados nas áreas de prospecção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos de geração por fontes renováveis e transmissão de energia elétrica.

▪ **Desenvolvimento**

Na área de desenvolvimento os recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos.

Para o ano de 2015, o orçamento aprovado para atividades de prospecção e desenvolvimento foi de cerca de R\$2.000 mil. Tais recursos foram mobilizados para o desenvolvimento e manutenção de nosso portfólio de Projetos.

Os recursos mencionados acima serão provenientes do nosso caixa, alimentado principalmente (i) pelas entradas de dividendos líquidos de nossos Empreendimentos em Operação, e (ii) receitas dos ressarcimentos reconhecidos pela ANEEL.

▪ **Implantação**

Durante o ano de 2014 finalizamos a implantação da MGE Transmissão S.A.. Adicionalmente, possuímos projetos em fase madura, cujo início da implantação depende de licenças ambientais ou condições mercadológicas favoráveis que possibilitem o adequado retorno ao investimento.

Os recursos necessários para a construção de nossos Empreendimentos serão oriundos principalmente (i) do aporte de capital de nossos acionistas controladores e (ii) de captação de recursos junto à bancos através de financiamentos de longo prazo. Ainda, utilizaremos parcela dos dividendos de nossos Empreendimentos em Operação para este fim.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento

de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não fazemos diferenciação entre pesquisas em andamento e desenvolvimento de projetos. Dessa maneira as informações referentes ao item c.i. do Anexo 24 da Instrução CVM 480 serão apresentadas em conjunto com o item c.iii. Da mesma forma, as informações referentes ao item c.ii. serão apresentadas em conjunto com o item c.iv.

c.i. e c.iii.

Além da operação e implantação de nossos empreendimentos, nossas atividades envolvem também o constante desenvolvimento de novos projetos. Em 31 de dezembro de 2014 nosso Portfólio de Projetos era composto por 17 Projetos Prioritários em Desenvolvimento (513,2MW próprios) e 21 Projetos em Desenvolvimento (840,6 MW próprios), totalizando 2.960,8 MW, sendo 1.353,8 MW próprios.

Incluimos na categoria dos Projetos Prioritários em Desenvolvimento aqueles projetos de nosso portfólio que se encontram, no nosso entendimento, em estado mais avançado de desenvolvimento (incluindo compra de terras e licenças emitidas).

Os demais 21 projetos de nosso Portfólio de Projetos que não se encontram entre os Projetos Prioritários em Desenvolvimento são agrupados na categoria Projetos em Desenvolvimento, completando o total de 38 projetos de nosso Portfólio de Projetos. Para efeitos deste Formulário de Referência, um Projeto em Desenvolvimento é aquele que reúne ao menos uma das três características a seguir: (i) projeto básico protocolado na ANEEL ou em fase final de conclusão; (ii) ao menos uma das licenças ambientais emitidas; e (iii) terras adquiridas.

Para o desenvolvimento e manutenção da nossa carteira de projetos, nossos recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão, etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro sócio-econômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos. O item 9.1 (a) deste Formulário de Referência contém maiores detalhes acerca de nossa política de aquisição de terras para nossos empreendimentos.

c.ii e c.iv.

Até 31 de dezembro de 2014, investimos cerca de R\$98.000 mil nas atividades de prospecção e desenvolvimento de novos projetos.

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

- ANEXO II -

INFORMAÇÕES INCLUÍDAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, REFERENTE À REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009 E INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) política ou prática de remuneração, c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração e g) remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários

▪ **Conselho de Administração:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos membros do conselho de administração está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos conselheiros é composta unicamente por uma parcela mensal fixa e foi estabelecida dentro dos padrões de mercado.

Nosso Conselho de Administração é composto por oito membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nosso Conselho de Administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

Em caso de convocação de membro titular para participação na reunião do Conselho de Administração da Companhia, estando este impossibilitado de comparecer e em não abdicando formalmente de sua remuneração, esta será paga na proporção de 2/3 para o membro suplente e 1/3 para o membro titular, exclusivamente em relação à remuneração do mês que tenha ocorrido a(s) respectiva(s) reunião(ões).

▪ **Diretoria Estatutária:**

Nossa política de remuneração no que se refere aos nossos administradores está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais experientes e qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos administradores é somente *pro-labore*.

A Diretoria Estatutária da companhia é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e 6 diretores. Recebe treze remunerações anuais para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, incluída a contribuição patronal à previdência social. Em 31 de dezembro de 2014 a Diretoria Estatutária da companhia era composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e 3 diretores.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

No ano de 2014, distribuímos aos nossos diretores um bônus no valor total de R\$1.271 mil, como forma de reconhecimento pela condução dos negócios.

▪ **Conselho Fiscal:**

Nosso Conselho Fiscal é composto por três membros, e respectivos suplentes. Recebe doze remunerações anuais, para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, período estimado entre as deliberações de remuneração da Assembleia de Acionistas e inclui a contribuição patronal à previdência social.

▪ **Comitês**

Os membros de nossos Comitês, constituídos no dia 08 de março de 2012, não são remunerados.

b) composição da remuneração

i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

- **Salário dos administradores e honorários dos membros do Conselho de Administração:** a remuneração mensal de nossos administradores e conselheiros tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados.

ii) Proporção de cada elemento na remuneração total:

	Pró-Labore/Honorários	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	100%
Diretoria executiva	100%	0%	100%

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:

O reajuste da remuneração da diretoria executiva e do conselho de administração é definido em Assembleia Geral.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Remunerar nossos profissionais de acordo com as responsabilidades assumidas, garantindo um pacote de remuneração atrativo e que nos permita reter e atrair profissionais qualificados para assumir nossas posições de comando.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não adotamos atualmente uma política de remuneração que reflita determinados indicadores de desempenho.

e) relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia

Buscamos, por meio de nossa política de salários, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em nosso quadro de colaboradores profissionais comprometidos com nossa estratégia de crescimento e o nosso plano de negócios.

f) Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não possuímos atualmente membros da diretoria ou do conselho que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

2015 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	5,00	3,00	16,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	318.743	3.148.459	93.924	3.561.126
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	63.749	629.692	18.785	712.225
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	382.492,00	3.778.151	112.709,00	4.273.352,00

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o exercício de 2015 foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

(4) A remuneração deliberada na AGO do dia 23.04.2015 está demonstrada no item 13.16 e compreende o período de 1 de maio de 2015 até 30 de abril de 2016.

2014 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	5,75	3,00	16,75
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	237.479,97	3.135.849,66	86.584,30	3.459.913,93
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	47.495,99	627.169,93	17.316,86	691.982,79



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

2014 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	1.271.309,25	-	1.271.309,25
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	287.807,95	5.034.328,84	140.602,32	5.423.205,97

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2013 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,08	3,00	18,08
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	225.600,00	3.852.466,50	88.000,00	4.166.066,50
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	45.120,00	852.493,30	17.600,00	915.213,30
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

2013 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Total da remuneração	270.720,00	4.704.959,80	105.600,00	5.081.279,80

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

2012 (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,42	3,00	18,42
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	366.750,00	3.403.166,67	95.600,00	3.865.516,67
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	73.350,00	680.633,33	19.120,00	773.103,33
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	410.000,00	-	410.000,00
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	440.100,00	4.493.800,00	114.720,00	5.048.620,00

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nossa administração. Excepcionalmente, no ano de 2010 e 2012, distribuimos aos



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

nossos diretores um bônus no valor total de R\$510 mil e R\$410 mil como forma de reconhecimento pela boa condução dos negócios sociais.

2015 Previsto (2) (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	5,00	3,00	16,00
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

(2) Os valores previstos para o exercício de 2015 foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

2014 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	5,75	3,00	16,75
Bônus	-	1.271.309,25	-	1.271.309,25
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	-	1.271.309,25	-	1.271.309,25
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

2014 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2013 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,08	3,00	18,08
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

2012 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	7,42	3,00	18,42
Bônus	N/A	410.000,00	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

2012 (R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	410.000,00	N/A	N/A
Participação no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

13.5. Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em Ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Administradores	Cargo	Ações detidas diretamente	Ações detidas indiretamente
José Antunes Sobrinho	Conselheiro	0	14.368.364,3
Gerson de Mello Almada	Conselheiro	0	14.368.364,3
Cristiano Kok	Conselheiro	0	14.368.364,3
Total		0	43.105.093

13.6. Em relação à remuneração baseada em Ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

A Companhia não possui atualmente qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e Ações entregues relativas à remuneração baseada em Ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das Ações e das opções):

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não possuímos um plano de previdência conferido aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, diretoria estatutária, e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Nº de membros	5,75	7,08	7,42	8,00	8,00	8,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração	738.800,00	660.000,00	601.000,00	118.739,99	112.800,00	105.000,00	43.292,15	44.000,00	41.200,00
Valor da menor remuneração	376.074,99	356.000,00	282.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração	545.321,00	770.493,30	486.166,67	118.739,99	112.800,00	46.819,15	43.292,15	44.000,00	95.600,00

Observações:



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Diretoria Estatutária	
31/12/2014	<p>Valor da menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2014.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2014. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 5,0.</p>
31/12/2013	<p>Valor da menor remuneração: considera a exclusão de Diretores que não exerceram o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2013.</p> <p>O Diretor de maior remuneração exerceu o cargo por 11 meses.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2013. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 5,0.</p>
31/12/2012	<p>Valor da menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que exerceu o cargo por apenas 5 meses.</p> <p>O Diretor de maior remuneração exerceu o cargo por 12 meses.</p> <p>Valor médio da remuneração: considera a exclusão de 1 Diretor que exerceu a remuneração durante 5 meses do exercício social. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,0.</p>

Conselho de Administração	
31/12/2014	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. 6 dos 8 conselheiros da Companhia renunciaram à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2014.</p>
31/12/2013	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. 6 dos 8 conselheiros da Companhia renunciaram à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2013.</p>
31/12/2012	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração durante 12 meses do ano. 6 dos 8 conselheiros da Companhia renunciaram à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,83, uma vez que alguns membros não exerceram o cargo por 12 meses.</p>

Conselho Fiscal	
31/12/2014	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2014.</p>
31/12/2013	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 2, representando apenas os conselheiros que foram remunerados ao longo dos 12 meses de 2013.</p>
31/12/2012	<p>Valor da menor Remuneração: considera a remuneração de conselheiro que renunciou à remuneração.</p> <p>Valor médio da remuneração: O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 1, uma vez que alguns membros não exerceram o cargo por 12 meses.</p>

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	dez/14	dez/13	dez/12
Diretoria Estatutária	0	2,1%	17,7%
Conselho de Administração	0	0	18,0%
Conselho Fiscal	0	0	0

13.14. Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Órgão	dez/14	dez/13	dez/12
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
TOTAL	0	0	0

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não possuímos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2014 até 30 de abril de 2015, prazo estimado entre as AGO/Es, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, é de R\$ R\$ 4.460.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta mil reais). Estão consideradas no valor proposto as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

A remuneração deliberada em AGO para período compreendido entre 1 de maio de 2014 até 30 de abril de 2015, está demonstrado na tabela abaixo:

Maio 2015 a abril 2016 Previsto (3) (R\$)	Conselho De Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros (1)	8,00	5,00	3,00	18,00
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	264.125,00	3.237.432	96.302,00	3.597.859,00
- Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	52.825,00	647.486,00	19.260,00	719.572,00
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus	-	-	-	-
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
Total da remuneração	316.950,00	3.884.917,00	115.563,00	4.317.430,00

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o período foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

- ANEXO III -

INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO INCLUÍDAS NOS ITENS 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009.

CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES

12.6 Administradores e membros do conselho fiscal:

12.6.1 Membros da Diretoria

Não aplicável. A Assembleia não indicou novos membros para a Diretoria da Companhia.

12.6.2 Membros do Conselho de Administração

Não aplicável. A Assembleia não indicou novos membros para o Conselho de Administração da Companhia.

12.6.3 Membros do Conselho Fiscal

A Assembleia deliberou pela recondução dos Membros do Conselho Fiscal.

a) Nome	b) Idade	c) Profissão	d) CPF / Passaporte	e) Cargo	f) Data possível de eleição	g) Data possível da posse	h) Prazo do Mandato	i) Outros cargos exercidos	j) Eleito pelo Controlador
Marcus Antônio Tofanelli	52	Contador	198.779.196-72	Conselheiro efetivo	23.04.15	23.04.15	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Andrea Kogitzki	38	Contadora	874.911.509-00	Conselheiro efetivo	23.04.15	23.04.15	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim

Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

João Clarindo Pereira Filho	82	Advogado	045.249.428-15	Conselheiro efetivo	23.04.15	23.04.15	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Saulo Macedo Freitas	55	Contador	218.148.721-91	Conselheiro suplente	23.04.15	23.04.15	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
Camila Soares Mendes Brito	26	Contadora	121.189.067-81	Conselheiro suplente	23.04.15	23.04.15	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim
João Clarindo Pereira Junior	50	Advogado	086.735.378-35	Conselheiro suplente	23.04.15	23.04.15	Até a AGO de aprovação das contas de 2015	Nenhum	Sim

12.7 Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração:

Não aplicável. A Assembleia não indicou novos membros para os Comitês de Assessoramento da Companhia.

12.8 Com relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a) Currículos dos administradores e membros do conselho fiscal:

Não aplicável. A Assembleia não indicou novos administradores e membros do conselho fiscal da Companhia.

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal:

Nossos Conselheiros e Diretores não sofreram qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-os ou inabilitando-os para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável.



Proposta da Administração para a AGO/E de 23 de abril de 2015

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.